



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO – PPDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

VANESSA MARIA DE OLIVEIRA BORGES

**OLHOS NO GLOBO, PÉS NO CHÃO:
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENSINO SUPERIOR**

Salvador
2011

VANESSA MARIA DE OLIVEIRA BORGES

**OLHOS NO GLOBO, PÉS NO CHÃO:
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Edivaldo Machado Boaventura, Ph.D.

Salvador
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS
Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

Borges, Vanessa Maria de Oliveira

Olhos no globo, pés no chão: cooperação internacional e ensino superior/ Vanessa Maria de Oliveira Borges.- 2011.

95 f. :il.

Dissertação (Mestrado) – UNIFACS Universidade Salvador. Laureate Internacional Universities. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

1. Cooperação Internacional. 2. Ensino Superior. 3. Desenvolvimento local. 2. I. Boaventura, Edivaldo Machado, orient. II. Universidade Salvador - UNIFACS. III. Título.

CDD: 370

VANESSA MARIA DE OLIVEIRA BORGES

OLHOS NO GLOBO, PÉS NO CHÃO:
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENSINO SUPERIOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Edivaldo Machado Boaventura – Orientador _____
Pós-Doutor em Administração Educacional, Pennsylvania State University
Universidade Salvador – UNIFACS

Fernando Cardoso Pedrão _____
Livre-Docente, Universidade Federal da Bahia
Universidade Salvador – UNIFACS

Edson Tomaz de Aquino _____
Doutor em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
PUC/São Paulo
Centro Universitário Jorge Amado

Salvador de de 2011

À minha mãe, que me faz querer ser uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Corro o risco de não dar conta desse “muito obrigada” como é merecido, porque é difícil traduzir a importância que algumas pessoas assumem em nossas vidas. Esta não foi uma caminhada breve, mas uma travessia que por vezes parecia não ter fim, principalmente pelas intercorrências pessoais de toda ordem que quase me atropelaram. Esses obstáculos, longe de obscurecerem o trajeto, aumentaram o seu brilho e, ao invés de me deterem, me impulsionaram com mais força.

Agradeço a Deus, sempre comigo - nos momentos de glória e nos momentos de desespero;

À minha mãe, Lícia, pela presença motivadora e pelo amor incondicional. “Liga ou manda uma mensagem quando chegar, para dizer que está tudo bem”, “fica tranquila, tudo vai dar certo”, “confia em Deus”, são as frases que mais escuto na minha vida adulta. Os meus mais profundos agradecimentos mãe, por suas lições de garra e fortaleza;

Aos meus irmãos - Felipe e Pedro - pela tumultuosa e deliciosa convivência;

A todos os professores do PPDRU que contribuíram com meu crescimento profissional e me incentivaram na busca por novas respostas. Em especial ao professor Fernando Pedrão pelo carinho, pelas citações memoráveis e pelo apoio dentro e fora da sala de aula. Você é desses professores que ficam para a vida toda;

Ao professor Edson Tomás de Aquino, pelas lições compartilhadas desde a graduação e pela disponibilidade em participar dessa banca;

Um agradecimento especial à **minha** turma. É exatamente assim que eu considero a turma do PPDRU 2009. O elo de amizade e companheirismo que se formou entre nós desde a primeira semana, me dá a certeza de que eu não poderia ter escolhido um momento mais acertado para iniciar esse desafio;

Às colegas-que-viraram-amigas-que-viraram-irmãs - Danubia Leal e Rafaela Ludolf - sem as quais esses dois anos de estudo intensivo teriam sido muito menos divertidos. Com certeza, sem a cumplicidade e o carinho de vocês, teria sido muito difícil;

Aos amigos internacionalistas Helena Santana e Priscilla Coelho, pela amizade, pelos conselhos e principalmente pela confiança. Um agradecimento especial ao meu amigo “retado” Matheus Souza, pelas oportunas manifestações de companheirismo e de encorajamento. Você consegue dizer sempre a coisa certa!

Às amigas Gilsa e Louane, pela divertida convivência;

Às funcionárias do PPDRU: Lucy, Irá e Regina, pelo apoio e principalmente pela simpatia; e

Aos demais familiares e amigos que durante anos ouvem - com distintos graus de paciência - as minhas idéias sobre relações internacionais.

*“One’s destination is never a place, but a
new way of seeing things.”*

Henry Miller

RESUMO

O ensino superior tornou-se uma parte real do processo de globalização, conseqüentemente já não pode ser visto em um contexto estritamente nacional. Considerada parte integrante da política de um país, a cooperação internacional não é um espaço pautado exclusivamente por motivações filantrópicas, mas reflete, acima de tudo, os interesses nacionais das partes envolvidas e, a forma como esses interesses são ajustados é que determina o caráter mais solidário ou hegemônico dessas iniciativas. Assim, este trabalho além de analisar a situação da Cooperação Internacional Universitária na Universidade Salvador, fornece um quadro conceitual da cooperação internacional do ensino superior, e uma discussão analítica sobre a importância do tema.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Ensino Superior. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The higher education system has become a real part of the globalization process, hence the higher education can no longer be analyzed in a strictly national context. Considered part of the politics of a State, international cooperation is not only ruled by profit motives. International cooperation reflects, above all, the national interests of the parties involved and how those interests are set, determines the character sympathetic or hegemonic on these initiatives. This study provides a conceptual framework of international cooperation on higher education, and an analytical discussion about the importance of this topic. A case study has been the methodology chosen to understand how this process is in progress at Salvador University.

Key-words: International cooperation. Higher education. Local development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – IES com participação de capital estrangeiro - Bahia	48
Quadro 3 – Razões para implementação de ações de CIU	66
Quadro 4 – Aspectos mais importantes para as ações de CIU	68
Quadro 5 – Prioridades Geográficas	71

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 – Número de alunos em intercâmbio emissivo – 2002 a 2010	59
Gráfico 2 – Número de alunos em intercâmbio receptivo – 2002 a 2010.....	59
Gráfico 3 – Respostas aos questionários.....	64
Gráfico 5 – Planejamento estratégico para CIU	66
Gráfico 6 – Existência de escritório internacional centralizado.....	67
Gráfico 7 – Demanda de ações de CIU.....	68
Gráfico 8 – Aspectos mais importantes para implementação da CIU	69
Gráfico 10 – Destinos mais procurados pelos discentes UNIFACS	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Leading Exporters Of Education Services In The World	45
Tabela 2 – Principais países receptores de estudantes estrangeiros	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CIU	Cooperação Internacional Universitária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CREPUQ	Conselho de Reitores das Universidades do Quebec
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
FAUBAI	Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
GATS	<i>General Agreement on Trade in Services</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PROBEI	Programa Brasileiro de Educação Internacional
R.I.	Relações Internacionais
UCS	Universidade Caxias do Sul
UE	União Européia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA O ENTENDIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	22
1.1 HISTÓRICO	22
1.2 CONCEITOS	26
1.3 ABORDAGEM LIBERAL / NEO LIBERAL	29
1.4 ABORDAGEM REALISTA / NEO REALISTA.....	34
CAPÍTULO 2 O CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	37
2.1 GLOBALIZAÇÃO.....	37
2.2 O PROTOCOLO DE BOLONHA E AS MUDANÇAS NO SISTEMA EUROPEU	39
2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	44
2.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENSINO SUPERIOR.....	49
2.4.1 Modalidades de Cooperação	53
CAPÍTULO 3 UMA ANÁLISE SOBRE A UNIFACS	56
3.1 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA UNIFACS.....	58
3.2 A CIU EM NÚMEROS	64
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A – UNIVERSIDADES CONVENIADAS	80
APÊNDICE B – FORMULÁRIO ENCAMINHADO ÀS IES PARCEIRAS	82
APÊNDICE C – DEPOIMENTOS DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO INTERNATIONAL BUSINESS PROGRAM	84
ANEXO A – PROTOCOLO DE BOLONHA	88
ANEXO B – CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS – OMC	91

INTRODUÇÃO

Qual a relação existente entre educação superior e globalização? O que justifica a cooperação internacional entre Instituições de Ensino Superior (IES)? Porque as IES têm buscado formas de inserção internacional? A cooperação internacional educacional é um fator de consolidação da globalização ou um fator de fortalecimento do Estado-nação? Quais as modalidades de cooperação internacional educacional? Quais os diferenciais de competitividade obtidos pelos profissionais que tiveram uma experiência acadêmica internacional? Essas são algumas questões levantadas quando se discute o tema da cooperação internacional entre universidades.

Nesse cenário internacional que se formata, com a era da informação e da globalização, a cooperação internacional universitária é um quesito inevitável que toda IES deve considerar, como imperativo de sobrevivência no competitivo mercado global. Nós presenciamos uma nova configuração no modo de fazer negócios e nos estilos de vida, cada vez mais caracterizada pela mobilidade e pela conectividade.

Essa formatação do mundo atual não exclui a organização universitária. O entorno político, econômico, social e cultural exerce um enorme impacto na educação superior, que não pode e nem deve ficar de fora das mudanças que se apresentam na sociedade. É por isso que a cooperação internacional se implanta como um processo de grande relevância no mundo universitário, sendo ponto de discussão acadêmica em diversos países. O ponto central desta discussão é a comprovação de que não há mais fronteiras para a educação, e que os avanços e mudanças que estão sendo gerados, vêm redefinindo novos papéis e atores na área educacional.

As relações internacionais e os movimentos culturais, que vêm se intensificando principalmente a partir da década de 90, vêm estabelecendo uma nova co-relação de forças. Se antes o domínio das nações desenvolvidas estabelecia as regras, também no que dizia respeito à cooperação internacional, hoje essas ações estão

cada vez mais horizontalizadas e o que se observa é que, se por um lado esse fluxo pode assegurar uma educação superior mais diversa e atrativa, por outro lado, o mesmo processo expõe as universidades a uma competição intensa. Esses processos de cooperação internacional dão margem ao surgimento de “uma nova ordem educativa mundial.” (LAVAL; WEBER, 2002; ZARATE, 1999), embasado em parcerias entre governos, convênios interinstitucionais e redes de cooperação universitárias.

Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem buscar ampliar as suas competências como agentes produtores de novos conhecimentos, investindo no intercâmbio de pesquisadores, estudantes e professores com capacidade de contribuir, através de suas multiplicidades de visões de mundo, para ampliar o nível de pesquisa e de ensino das IES e, preparar os estudantes locais para que, ao retornarem, estejam aptos a atender às necessidades e demandas regionais.

Dentro dessa conjuntura e, percebendo a universidade como espaço gerador de conhecimento, tentar dimensionar e caracterizar de que forma pode-se, através da cooperação acadêmica internacional, preparar o formando da Universidade Salvador (UNIFACS) para um mundo globalizado é o objetivo principal desta pesquisa.

Por ser uma situação relativamente nova para algumas IES brasileiras e, especificamente para a UNIFACS, será necessária uma reflexão sobre o termo “cooperação internacional” aplicado às IES. Diante desse quadro, serão feitas algumas ponderações sobre as modalidades de cooperação internacional educacional, a história da UNIFACS e suas perspectivas de internacionalização, bem como alguns entraves que podem retardar esse processo e, a contribuição que essa atuação internacional pode trazer para a formação de um profissional mais preparado para os desafios globais sem, no entanto, perder de vista as demandas regionais.

O presente estudo terá um caráter exploratório, cujo objetivo central será analisar e compreender o papel da UNIFACS no contexto da internacionalização do conhecimento e de que forma a promoção de experiências acadêmicas

internacionais pode interferir positivamente na formação de um profissional mais preparado para os desafios de um mundo globalizado.

Embora haja uma vasta literatura sobre a internacionalização em termos de economia, política e comunicação, relativamente pouca atenção tem sido dada às suas implicações para a educação, mais precisamente para o ensino superior. Na verdade, aspectos culturais têm sido colocados de lado, ou pelo menos, têm sido um tanto negligenciados, nos acordos de integração regional. De um modo geral, a educação, só começou a receber mais atenção, a partir das políticas implementadas pela União Europeia, que tem reconhecido a importância da cooperação internacional educacional através de programas bastante específicos.

A multiculturalidade, característica dos novos tempos pressupõe profissionais com habilidades diferenciadas, com capacidade de mobilidade e de se relacionar com diferentes culturas. Para formar esse profissional as IES se vêem diante do desafio de se inserir, elas próprias, no contexto internacional, o que justifica o presente estudo.

O que me levou a optar por esse tema de pesquisa foi o interesse por abordar temas concernentes à cultura e à educação no âmbito das Relações Internacionais e, pela importância de propor um trabalho que levará a conhecer, de maneira mais detalhada o desenvolvimento do processo de internacionalização da educação superior.

Acredito que a implementação de ações de cooperação internacional na área da educação constitua um dever das IES. Proporcionar aos seus alunos a oportunidade de experiências fora de seu país, para que desenvolvam uma formação mais completa, se tornando mais competitivos no mercado global, faz parte do papel das universidades que procuram um equilíbrio entre as demandas regionais e os desafios mundiais.

Entendendo que uma universidade que não seja capaz de desenvolver relações internacionais e consolidar uma identidade distinta, certamente não sobreviverá neste ambiente competitivo, me motivo a estabelecer algumas reflexões sobre a importância do processo de internacionalização para as IES brasileiras, nesse caso em especial a Universidade Salvador, junto à qual exerci atividade profissional.

Stallivieri (2004) retrata as ações de CIU, como uma tendência que "não pode mais ser encarada como um luxo, mas sim como resposta ao fenômeno da globalização". O que antes era apenas uma opção de algumas IES, torna-se imperativo na medida em que os mercados de trabalho superam as fronteiras territoriais e as universidades têm entendido essa nova demanda por profissionais que dominem idiomas e saibam atuar em mercados multiculturais.

Isso significa que a cooperação internacional deve passar a fazer parte da vida acadêmica, contribuindo de forma inegável para o desenvolvimento equilibrado dos profissionais em formação e da própria região onde estão inseridos. A troca de experiências internacionais - através da mobilidade docente e discente - se faz necessária, pois é esse conjunto de ações e experiências que vai dar sustentação àquele novo profissional que tem de interagir em novos mercados com novos perfis.

Intentando criar esse cenário multicultural nas universidades brasileiras, foi criado o Programa Brasileiro de Educação Internacional (PROBEI) que irá lançar o projeto *Studying in Brazil*, com o objetivo de promover a educação brasileira no cenário internacional e atrair estudantes para que venham desenvolver atividades acadêmicas nas IES brasileiras

Segundo Uceda (2007) não há uma escolha a ser feita, pois "a internacionalização virá mesmo que não queiramos. Então é muito bom que ela possa vir do jeito que queremos". Ele enfatiza também a internacionalização das universidades sob a ótica européia, aonde é comum que universidades de prestígio exijam que seus graduandos cursem ao menos um semestre numa universidade estrangeira. Na *Universidad Politécnica de Madrid*, onde o autor atualmente ocupa o cargo de reitor, um em cada quatro graduados tem experiência internacional.

Uceda (2007) comenta também a respeito de uma mudança na tendência dos programas universitários de intercâmbio. De acordo com ele, há uma década as universidades buscavam parcerias para programas de mobilidade com universidades sediadas em países desenvolvidos. "Isso mudou radicalmente. Não se

trata de ir para um lugar melhor, já que existem outros elementos chave na formação dos estudantes que podem ser encontrados em muitos lugares”.

Rubens Alves (2007) em seu livro “*Filosofia da Ciência: Introdução ao Jogo e Suas Regras*”, dedica um capítulo para refletir sobre o que são as teorias da ciência. “Teorias são redes; somente aqueles que as lançam pescarão alguma coisa. Essas redes não se apresentam prontas, precisam ser construídas e, se os pescadores as constroem com fios, os cientistas as fazem com palavras”.

O referencial teórico adotado partirá de uma análise pluriparadigmática, considerando-se as seguintes teorias de Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, Neo-realismo, Neoliberalismo, que serão desenvolvidas e farão conexão com o tema, através da revisão de literatura. Devem ser pensados pelo menos três aspectos do estudo proposto. O primeiro se refere à fundamentação teórica relativa à cooperação internacional universitária. O segundo, diz respeito à discussão técnica, da internacionalização das IES, com destaque para o caso da Universidade Salvador. O terceiro e último diz respeito a uma visão crítica sobre a prática de internacionalização, que vem se tornando convencional no Brasil e em muitos países em desenvolvimento.

Busca-se compreender: 1) as potencialidades e as insuficiências das ações de cooperação internacional da UNIFACS; 2) o papel desempenhado pelas IES nas relações internacionais e no contexto da internacionalização do conhecimento e; 3) o contexto no qual IES do mundo inteiro estão buscando uma maior inserção internacional.

Para execução do estudo proposto foi escolhido, como método, o Estudo de Caso Comparativo. Este método é um tipo de análise qualitativa, definido por Yin como um dos meios para a realização de pesquisas de ciências sociais. Ele afirma que esta “é a estratégia mais utilizada quando se pretende conhecer o como e o porquê, quando o investigador detém escasso controle dos acontecimentos reais ou mesmo quando este é inexistente, e quando o campo de investigação se concentra num fenômeno natural dentro de um contexto da vida real.” (YIN, 2005), ou seja, a preferência por esse uso deve ser dada quando forem estudados eventos contemporâneos, em

casos onde se deseje observar comportamentos relevantes sem manipulá-los, por meio de observação direta e entrevistas sistemáticas.

Essa pesquisa será realizada em duas etapas, sendo a primeira um levantamento de fontes, que Medeiros (2003, p.45) denomina de documentação indireta e, a segunda etapa será composta de dados colhidos através de trabalho de campo, denominado por Medeiros (2003, p.46) como documentação direta. Trata-se de uma pesquisa exploratória, combinada com levantamento de dados, onde se destacarão entrevistas com assessores internacionais de IES brasileiras e estrangeiras, especialistas interessados no tema e alunos que passaram por algum tipo de experiência acadêmica internacional.

Preferimos adotar essa sistemática para permitir que as fontes consultadas, depois de revelar dados importantes inerentes à cooperação internacional educacional, possam fornecer subsídios para melhor estruturação de questionários e entrevistas.

Desse modo, será feito um levantamento histórico, através de pesquisa bibliográfica e documental, para contextualizar o objetivo a ser estudado, permitindo entender como as mudanças que vem ocorrendo, principalmente a partir da década de 90, influenciam o contexto atual da cooperação internacional na educação brasileira. Também serão levantados dados inerentes ao tema em universidades brasileiras - Universidade Caxias do Sul (UCS), Universidade de Brasília (UNB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Salvador UNIFACS – e universidades estrangeiras – *Georgia State University*, Universidade Santiago de Compostela e *Concordia University*. O objetivo de levantar dados nas universidades citadas é permitir avaliar, através de comparação, em que nível de cooperação internacional se encontra a UNIFACS, objeto de estudo deste trabalho.

Além dos métodos acima mencionados, um questionário será enviado para as 52 universidades que possuem convênios de cooperação com a UNIFACS. O questionário aborda os seguintes itens: 1) a IES; 2) as estratégias e o status de internacionalização da IES; 3) as prioridades em cooperação internacional; 4) os obstáculos à internacionalização e; 5) os desafios e oportunidades.

Para conseguir o que se propõe esse trabalho, o mesmo será dividido em quatro capítulos, sendo que o último apresentará as considerações finais. O capítulo um proverá as bases teóricas do estudo a partir da exposição das abordagens liberalista /neo liberalista e realista /neo realista, oferecendo uma visão geral sobre os pressupostos e argumentos acerca do fenômeno da cooperação internacional. No segundo capítulo serão apresentadas considerações sobre o histórico da internacionalização da educação superior no mundo e, posteriormente no Brasil, além de aspectos técnicos da cooperação internacional universitária, sendo apresentadas as modalidades de cooperação entre universidades. No último capítulo será apresentado um histórico dos programas de cooperação inter-universitária da Universidade Salvador, apresentando programas, estratégias e desafios para cooperação.

CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA O ENTENDIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

1.1 HISTÓRICO

Dentre as diversas contribuições trazidas na Idade Média, uma das mais importantes foi o surgimento das universidades. *Studium generale* e, mais tarde *universitas*, referência à universalidade do saber, essas instituições permitiam o livre pensamento dentro de suas dependências, e eram constituídas como um tipo de associação de professores, onde estudantes de todas as partes da Europa participavam em condições de igualdade e usufruíam, praticamente dos mesmos privilégios e direitos. Estudantes das *universitas* eram encorajados a frequentar cursos em outros institutos por toda a Europa, bem como a partilhar documentos e textos, e isso iniciou a cultura de intercâmbio acadêmico, hoje tão arraigada nas universidades europeias.

Desde sua origem, a educação universitária tem sustentado a meta de criar e disseminar conhecimento e, mesmo que nem sempre o caráter internacional, agregado pela mobilidade acadêmica, garantisse a harmonia e a paz, a presença dos estrangeiros, sem discriminação em relação aos nativos era motivo de prestígio para as instituições.

O que gerava a mobilidade estudantil durante a Idade Média, primeiramente era a busca de novos conhecimentos, de novas descobertas em diferentes partes do continente. Mas, muito fortemente surgia ao lado dos estudos visados, a viagem em si, a experiência existencial, a ocasião de visita de um valor educativo próprio. (STALLIVIERI, 2004).

Trazendo essas práticas para os dias de hoje, o então Primeiro Ministro da França, Lionel Jospin, no discurso de abertura da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior de 1998, partilha duas certezas: (1) a mudança do ensino superior deve fundar-se nos valores que inspiraram as primeiras universidades europeias; (2) o

movimento de expansão do ensino superior deve, naturalmente, se inscrever num acréscimo de cooperação internacional.

O sistema moderno de Estados, constituído a partir dos destroços do feudalismo entre os séculos XV e XVII, tem sido caracterizado como um sistema de relações anárquicas (BULL, 2002), no qual os Estados são soberanos. Ainda assim, grande parte do debate entre diferentes correntes de estudo das relações internacionais tem girado em torno do conceito de anarquia, das possibilidades de ordem, da cooperação internacional e da ação coletiva nesse contexto.

A constituição do sistema estatal moderno, iniciado com a "Paz de Vestfália", de 1648, que reconheceu o Estado como poder supremo dentro de suas fronteiras, encerrando um período em que prevalecia o poder transnacional da Igreja, constitui um dilema, na medida em que estabelece o respeito à soberania nacional em contraste com o baixo grau de governabilidade no sistema internacional.

O sistema internacional, estruturado como um ambiente anárquico, recorre à cooperação internacional buscando a resolução de problemas. Entretanto, a cooperação só é possível em áreas onde ela é desejada e aceita pelos Estados-nação que, em suas relações internacionais, precisam definir táticas de atuação, as quais podem resultar em cooperação ou desavenças.

No âmbito das Relações Internacionais, o conceito de cooperação tem como um de seus primeiros pressupostos a ideia de alteridade, ou seja, o respeito de um Estado pela existência dos outros, cujos objetivos podem e devem ser traçados por eles próprios, conforme reconhece Amorim em sua reflexão sobre as perspectivas da cooperação internacional.

Se o Sistema de Equilíbrio de Poder europeu permitiu o florescimento e a afirmação das ideias de independência e soberania, restringindo os sonhos de dominação universal, é igualmente certo dizer-se que nele a noção de cooperação internacional não foi muito além da de alianças ocasionais entre as potências, com vistas a evitar o surgimento de um Estado hegemônico. (AMORIM, 1994, p.35).

A partir do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais (R.I.) nos anos 20, o estudo sobre as possibilidades de relações e cooperação entre os Estados passa a girar em torno da natureza da ordem internacional. Realistas, liberais, racionalistas, marxistas, entre outros, propõem, no contexto de suas teorias, formas de garantir a ordem internacional. A partir dessas teorias vão surgir três debates históricos referentes ao estudo das R.I.

Os estudos acadêmicos sobre os diferentes processos de cooperação internacional começaram a ser estudados com o final da Segunda Guerra Mundial, com a implementação do Plano Marshall e de outras ações resultantes do esforço norte-americano para criar uma ordem internacional que favorecesse o desenvolvimento do liberalismo e a expansão do capitalismo.

As mudanças estruturais ocorridas no sistema internacional após a Segunda Guerra foram favoráveis para a criação de programas e organizações internacionais voltadas para a cooperação. O Plano Marshall, elemento integrante da "Doutrina Truman", já citado, foi um projeto de cooperação econômica para a recuperação dos países aliados envolvidos na Segunda Guerra Mundial e marcou o início da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Através do Plano, os Estados Unidos investiram maciçamente na Europa ocidental, intentando barrar a expansão comunista e assegurar sua própria hegemonia política na região. Foram fornecidos matérias-primas, produtos e capital – aproximadamente US\$ 14 bilhões, na forma de créditos e doações - e, em contrapartida, o mercado europeu evitou impor qualquer restrição a atividades de empresas norte-americanas (HOBBSAWN, 1995).

A própria Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, tem como objetivo declarado facilitar a cooperação internacional em matéria de direito, segurança, desenvolvimento econômico e progresso social. As primeiras iniciativas de estruturação da cooperação técnica e científica internacional, surgiram no âmbito das Nações Unidas, não apenas para atender os países devastados pela guerra, mas pela necessidade de desenvolvimento dos Estados menos industrializados.

A partir da década de 70, o anseio e a necessidade de intensificar e diversificar as formas de interação no ambiente internacional integrou ao debate sobre a ordem internacional a busca de uma explicação sobre a formação de normas e instituições para cooperação internacional. Fazendo um contraponto ao estado de natureza de Hobbes, a chamada “escola inglesa das relações internacionais.” (BULL, 1977) desenvolve um parâmetro de discussão em torno do conceito de sociedade internacional de Hugo Grotius.

Grotius passa a apresentar a comunidade internacional como independente, não podendo ser submetida a nenhuma outra autoridade. As normas que a regem, segundo ele, devem ser emanadas pela própria comunidade, iluminada pela justa razão. Por meio desta nova concepção a comunidade internacional passa a adquirir em si um valor eminente, assim como os seus interesses passam a ser superiores aos dos Estados que a constituem. (DAL RI JÚNIOR, 1999).

Desde a década de 70, a análise de regimes e cooperação internacional têm ocupado uma parte significativa da pesquisa em relações internacionais. Regimes são princípios implícitos, normas, e procedimentos para os quais as perspectivas dos atores tendem. Estas normas e instituições são caracterizadas pela ausência de uma hierarquia na ordem política e de mecanismos de sanções. Existe uma limitação do comportamento admissível dos atores em um contexto específico, se referindo padrões de cooperação e à compreensão de formas de cooperação internacional e construção de instituições na ausência de governo (KRASNER, 1982).

Não existe consenso acadêmico sobre qual a regra da política internacional – cooperação ou discórdia. Robert Jervis (1999) no artigo reconheceu que temas ligados à cooperação internacional têm atraído grande atenção dos analistas em relações internacionais na última década e, expõe três visões teóricas que tem dominado o debate sobre o assunto: realismo, liberalismo e a teoria da interdependência.

A crescente valorização do capital intelectual dos indivíduos, a revolução da informação e dos meios de comunicação e a responsabilidade na criação e

manutenção do entendimento entre os povos e do espírito e solidariedade com os países menos desenvolvidos passam a ser questões permanentes discutidas em fóruns internacionais e vem sendo claramente apresentadas nas conferências mundiais sobre ensino superior da UNESCO.

Essas questões desafiam a universidade a atualizar suas estratégias, de modo que seus acadêmicos passem a contar com as aptidões essenciais que lhes permitam interagir numa sociedade cada vez mais internacional, com rápidas mudanças em seus sistemas.

1.2 CONCEITOS

Antes de falar em cooperação internacional e, sobretudo antes de afirmar que ela deve fazer parte das IES, torna-se necessário primeiro compreender alguns conceitos de cooperação, cujo significado vem passando por diversas alterações através das diferentes épocas da história.

Desde a época dos filósofos gregos, a ideia de cooperação tem sido empregada valendo-se do termo aliança, porém com uma conotação diferente da que é utilizada na contemporaneidade. A ideia estabelecia o significado de cooperação com o objetivo de evitar a guerra, pois supunha a realidade de que todos os Estados estavam envolvidos em situações de conflito contra outros Estados, clamando a ação de luta constante pela sobrevivência e pela manutenção da integridade de seus povos. Implícita ou explicitamente, o termo implicava cooperar para evitar a guerra. O termo cooperação evoluiu desde a Segunda Guerra e, passou a substituir a palavra aliança, mais usada para descrever as formas de parcerias estabelecidas inicialmente. (STALLIVIERI, 2004).

A Segunda Guerra Mundial sinaliza uma nova perspectiva de cooperação internacional. Com o movimento das áreas de tensão mundial e as mudanças no relacionamento internacional, a cooperação internacional é convertida em um ponto importante da agenda global. Os governos procuram dar mais atenção aos graus de desenvolvimento econômico e social e, a partir de então, a cooperação internacional se constitui em um instrumento de apoio ao desenvolvimento das relações internacionais. Através de acordos, convênios e projetos, os Estados transferem uns para os outros, recursos, conhecimentos científicos ou tecnológicos nas mais diversas áreas (MEDEIROS, 1994).

Não existe uma definição satisfatória para o termo cooperação internacional. Desde que vem sendo alvo de debates, entretanto, ela tem sido moldada ao pensamento político dominante sobressaindo uma visão de estados ricos ajudando estados pobres. Tradicionalmente o termo cooperação internacional vem sendo utilizado para sugerir uma relação entre os países, estabelecida apenas para coordenar interesses, formação de alianças ou refere-se a relações entre atores de países diferentes, envolvendo ajuda humanitária, doações, assistência técnica ou realização de atividades e pesquisas conjuntas.

Entende-se como cooperação, o relacionamento entre dois ou mais agentes, onde ocorre a cessão e/ou a troca de conhecimentos, instrumentos e/ou meios, em condições mais favoráveis do que as estabelecidas pelas relações cotidianas, para que as partes envolvidas, ou ao menos uma delas, atinja um determinado objetivo pré-estabelecido. Para Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (apud AZI, 2008) a cooperação propriamente dita ocorre somente quando os países desenvolvidos trabalham na promoção do desenvolvimento dos países mais atrasados, como argumenta no texto a seguir:

A cooperação entre Estados desenvolvidos e Estados em via de desenvolvimento, visando ao progresso destes, ocorre de duas maneiras: Os Estados ricos agem caridosamente para com os pobres, caracterizando ajuda ou assistência; ou os Estados trabalham em empreendimentos comuns, objetivando o desenvolvimento dos mais atrasados, resultando em cooperação internacional propriamente dita. (MEDEIROS apud AZI, 2008).

A evolução da cooperação no âmbito internacional impulsionou o Brasil a desenvolver um sistema autônomo de cooperação técnica internacional. No final dos anos 80, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para desempenhar o papel central no sistema de cooperação técnica do país.

A cooperação internacional pode ser vista sob quatro parâmetros diferentes, sendo: (1) Cooperação técnica, que considera o intercâmbio externo dos países, sem conotação comercial, com a finalidade de ampliar as suas capacidades técnicas para, de forma autônoma, conduzir e acelerar seus processos de desenvolvimento

econômico e social; (2) Cooperação financeira, que abrange financiamentos não reembolsáveis (donativos) ou empréstimos a juros favorecidos; (3) Assistência, que provê ajuda para enfrentar situações de emergência ou de calamidade; e (4) Científica, que é consolidado na transferência dos conhecimentos científicos e das formas de aplicação prática dos mesmos, em se tratando de transferência tecnológica. Trata-se do desenvolvimento conjunto de uma mesma pesquisa, além da doação de equipamentos pelo país que presta a cooperação (BRASIL, 2009).

Quanto à sua natureza, a cooperação pode ser realizada de forma bilateral ou multilateral e, é ainda possível subdividir a cooperação internacional entre Cooperação Oficial, que são as iniciativas que tramitam pelo canal Governamental e, Cooperação Descentralizada, que abarcam iniciativas acordadas diretamente entre as instituições cooperantes.

Nos moldes atuais, a UNIFACS mantém acordos de cooperação internacional bilateral, técnica e descentralizada, com IES dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Canadá, Espanha, EUA, França e Portugal. Além disso, são mantidos acordos de cooperação técnica multilateral, através do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) com IES no Canadá, Chile e Portugal.

A cooperação de natureza científica é realizada através de acordos específicos para pesquisa e produção de conhecimento e, atualmente, a UNIFACS realiza esta modalidade de pesquisa com IES da Espanha, França E EUA. A vantagem dessa modalidade de cooperação, para as IES, está na universalidade de viabilização de projetos.

Para Keohane e Nye (1984) a cooperação internacional consiste em “um processo de coordenação de políticas, por meio do qual os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores”. A escolha dessa definição é justificada de duas formas: em primeiro lugar, Keohane e Nye (1984) não caracterizam a cooperação como um fim, mas como um processo, o que reduz a necessidade de se adentrar em discussões mais profundas sobre possíveis interesses dos Estados envolvidos no processo de coordenação de políticas. Em segundo lugar, a utilização de um conceito amplamente utilizado e aceito permite

alterar o foco da discussão sobre o que é cooperação internacional para as consequências deste processo.

Esse conceito apresenta duas questões importantes: 1) o comportamento de um ator no cenário internacional está direcionado a objetivos pré-determinados; e 2) a cooperação internacional sugere ganhos ou recompensas. Ou seja, cada ator coopera com o outro de modo a alcançar seus objetivos ajustando suas ações na expectativa de ser recompensado.

Seguindo esta linha, este trabalho se limitará a tratar das abordagens realista e liberal. Essa escolha é justificada porque, apesar de analisarem de maneiras distintas as causas e consequências da cooperação internacional, as duas abordagens partem dos mesmos pressupostos epistemológicos e utilizam metodologias semelhantes, o que permitirá a comparação de seus argumentos sem a necessidade de se aprofundar em discussões metateóricas.

1.3 ABORDAGEM LIBERAL / NEO LIBERAL

Por liberalismo, entende-se a abordagem teórica que considera as relações internacionais como um campo em potencial para o progresso, a cooperação e as mudanças vantajosas para os atores internacionais (GONÇALVES, 2004). De acordo com essa corrente teórica, os atores não-estatais são relevantes para o cenário internacional, com suas políticas interdependentes dos Estados e sua capacidade de influenciar as relações internacionais. Esses atores influenciam na formulação das posições do Estado sobre determinados assuntos de política externa e apresentam objetivos que complementam a agenda internacional (SARFATI, 2005).

Após a Primeira Guerra Mundial, alguns cientistas políticos defenderam a idéia de interdependência entre os Estados, o que exigiria uma forte cooperação interestatal. Esse ideal defendido pela corrente conhecida como Liberalismo, pautado nas teses centrais dos pensamentos liberais de Locke (1998), Montesquieu (1979), Adam

Smith (1983) e Immanuel Kant¹ (1988), tornou-se o paradigma predominante na fase inicial do movimento teórico das relações internacionais. A cooperação seria o ponto de partida para uma sociedade internacional, com regras comuns e supranacionais de convivência e, a Liga das Nações atenderia às pretensões liberais, mesmo não podendo impedir a guerra, ela intentava implantar nas relações internacionais uma certa estrutura que desestimulasse os conflitos.

Dentro deste paradigma, pode ser percebido neste período histórico, a primeira formulação de uma teoria liberal das relações internacionais, sintetizada nos quatorze pontos da proposta de paz do então presidente americano Woodrow Wilson. O idealismo wilsoniano pretendia entender as causas da guerra e prescrever formas para tornar o sistema internacional mais cooperativo. Segundo as premissas deste paradigma, o liberalismo econômico criaria laços entre povos e países por meio da cooperação e do comércio internacional, onde o caráter de benefício mútuo diminuiria a probabilidade de guerra entre os Estados.

O conceito de cooperação é por si só, um pressuposto do liberalismo, seja entre indivíduos ou entre organizações privadas e públicas. Em Relações Internacionais, o liberalismo não se contenta com a idéia de cooperação internacional apenas como as relações interestatais. O Estado não é um ator unitário, ao contrário, ele é composto por disputas entre indivíduos, grupos de interesse e burocracias individuais. Há atores com participação internacional efetiva, que não podem ser negligenciados, tendo em vista sua capacidade de influenciar tanto o sistema internacional como o doméstico.

Seguindo a perspectiva liberal, Herz (2004, p. 52) afirma que “a tradição liberal é o fundamento de propostas que envolvem o papel das organizações e do direito internacional para a geração de mais cooperação e mais ordem no sistema internacional”. Dentro desse contexto, os autores liberais constatarem a crescente interdependência entre as sociedades e sobre a sobrevivência das instituições

¹ “O avanço das idéias de Kant, no campo de estudo das relações internacionais, consiste em considerar que, apenas a busca pelos interesses próprios, não é um elemento suficiente na busca pela paz. Faz-se necessário a institucionalização e o republicanismo nas relações entre os Estados. O Estado de Natureza, que para Kant, tem os mesmos contornos da idéia de Hobbes, deve ser superado, em todos os seus níveis, não apenas internamente, mas também nas relações entre os Estados.” (RAMANZINI JR., 2006).

criadas no pós Segunda Guerra. Outra característica desse paradigma está na relação própria que existe entre conflito e cooperação, ainda segundo Herz (2004, p. 58):

Há um receio referente à cooperação no sistema internacional, isso se deve as incertezas que configuram esse meio. A cooperação tem a função de diminuir o grau de incerteza por meio da geração de transparência e de realização de conexões entre diferentes questões através do tempo.

A crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e a imediata divisão bipolar do sistema internacional desacreditaram as teses liberais das Relações Internacionais. O fato de os liberais não considerarem em sua teoria a luta pelo poder e os desequilíbrios que esta causava, demonstrou a distância existente entre a vontade de manutenção da paz através da cooperação e a realidade conflituosa das relações entre os Estados.

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ao final da II Guerra Mundial, foi criado um aparato institucional para proporcionar uma maior interação entre Estados, objetivando a transferência de recursos para o desenvolvimento e a cooperação internacional educacional. Essas modalidades estão presentes no capítulo IX, Artigo 55 da Carta da ONU, como a seguir:

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e da auto determinação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: (a) Níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; (b) a solução dos problemas econômicos, sociais, sanitários e conexos; a assistência internacional de caráter cultural e educacional; e (c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

De acordo com Soares (apud AZI, 2008), enquanto nos séculos anteriores à Segunda Guerra Mundial a regra dos Estados era de não estabelecer as relações internacionais, a partir da criação do sistema ONU as regras passam a servir como incentivo à cooperação entre os países.

Ao longo da década de 50, a cooperação se tornou uma ferramenta mais disseminada, mas ainda prevalecia o conceito de assistência internacional para atenuar as mazelas produzidas pelo subdesenvolvimento. A cooperação era entendida como uma ajuda vinculada a interesses políticos, havendo um doador (como fonte principal de conhecimentos e recursos técnicos) e um receptor passivo.

Em 1959, a ONU reviu o conceito de assistência técnica internacional e o substituiu pelo termo cooperação técnica na Resolução 1.383. Dessa forma pretendeu-se conferir um caráter mais equivalente à cooperação, ultrapassando o sentido de uma ajuda vinculada a interesses estratégicos, reconhecendo a possibilidade de aprendizado e ganhos mútuos a partir de uma relação de trocas entre partes iguais e/ou desiguais. Segundo Irineu Strenger (1998) a ONU é a única organização internacional de cooperação institucionalizada entre países que tem vocação universal e ainda atua nas relações internacionais contemporâneas:

As Nações Unidas são o único fenômeno de organização institucional de cooperação entre Estados, em matéria de política, de competência geral e vocação universal, da qual emanam a presença e ação na vida contemporânea das relações internacionais.

No entanto, o sistema internacional formado no decorrer da Guerra Fria mostrou o crescente atrelamento econômico de algumas regiões. Até meados da década de 1970, os países chamados de “terceiro mundo” se viam diante de uma larga oferta de empréstimos. Esse capital que foi importante no processo de desenvolvimento de diversos países significou uma forte dependência posterior por conta do endividamento externo, conforme explica Amorim (1994):

Essas dificuldades geraram dificuldades para o desenvolvimento de projetos de cooperação, impulsionando as Nações Unidas a desenvolverem, no decorrer da década de 1970, o conceito de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), também conhecida como “cooperação horizontal”. Nesse contexto de redução da tradicional cooperação Norte-Sul foi concebido o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que serviu como forma de determinar as diretrizes básicas para que a CTPD fomentasse uma cooperação mais ampla entre os países do Sul. Vale lembrar que a CTPD não nascia para substituir as cooperações bilaterais e multilaterais existentes, mas sim como um novo elemento a ser acrescido a esse leque de opções.

Por conta dessas dificuldades, ao longo da Guerra Fria, o Realismo, que será analisado adiante, foi considerado pela maioria dos analistas, como a única teoria capaz de analisar os aspectos fundamentais das relações internacionais, entretanto, com o fim da Guerra Fria e o colapso do comunismo como concorrente global do capitalismo, a comunidade acadêmica reviveu as teses liberais. Atualmente, o liberalismo não é mais marginalizado no estudo das relações internacionais. O surgimento de agendas que, para sua solução exigiam a cooperação entre atores estatais e não estatais constituem as razões apontadas para explicar o desprestígio do Realismo e a recuperação da Teoria Liberal.

Nesse novo debate, agora entre as duas teorias reformuladas; neoliberais e neo-realistas, muitos dos pressupostos fundamentais sobrepõem-se uns com os outros. O neoliberalismo foi “aperfeiçoado” para questionar uma série de deficiências na lógica neo-realista, que resultou em uma visão desnecessariamente pessimista das relações internacionais (BURCHILL; LINKLATER, 2005).

Uma grande evidência dessas transformações é a reformulação do conceito de cooperação internacional, que – diferente da imagem trazida pelo liberalismo clássico - não é dada como boa nem como ruim. Para os neoliberais, a cooperação internacional não significa necessariamente harmonia, pois a harmonia seria falta de conflitos, e é possível haver cooperação mesmo em cenários de guerra. A cooperação também não é vista de forma negativa, porque pode ser um meio de se solucionar divergências entre dois ou mais Estados.

A cooperação internacional é um dos principais pontos onde as duas partes do debate Neo-Neo divergem. Enquanto os neo-realistas não vêem viabilidade em se cooperar, a menos que seja para a manutenção do poder estatal, os neoliberais dão um enfoque novo e de certa forma mais complexo às questões de cooperação, e elas acontecem principalmente por mutualidade de interesses e um estabelecimento de laços de confiança. Celso Amorim (1994, p. 151) considera a cooperação internacional como a manifestação do anseio pela ausência de conflitos no sistema e, ressalta que apenas tardiamente ela deixou de ser consequência de alianças entre Estados - para evitar o surgimento de uma superpotência - para traduzir um desejo de convivência pacífica.

1.4 ABORDAGEM REALISTA / NEO REALISTA

Por realismo, entende-se a abordagem segundo a qual as relações internacionais se referem, essencialmente aos Estados e suas inter-relações. Os Estados são os atores proeminentes no âmbito internacional e as relações entre eles ocorrem sem a existência de um “governo mundial” ou um poder supra estatal. Para os realistas, isso significa que o sistema internacional é essencialmente anárquico e as relações internacionais são compreendidas tomando-se por base a distribuição de poder entre os Estados.

A teoria realista se origina no pensamento político de Tucídides, Maquiavel e Hobbes — o chamado realismo clássico — a partir das idéias centrais de contrato social, razão de Estado e de equilíbrio de poder, e tem como vertentes contemporâneas os pensamentos de autores como Edward Carr e Hans Morgenthau, que afirmavam que os Estados estavam em constante luta pelo poder.

Como já citado neste trabalho, os estudos acadêmicos sobre cooperação internacional se iniciaram com o final da Segunda Guerra Mundial. Seus teóricos mais importantes eram catedráticos de universidades americanas, o que fez com que o pensamento sobre o tema refletisse a doutrina política seguida pelo governo norte-americano. A concepção teórica que seguiu essa linha de pesquisa é conhecida como Realismo.

Entre os anos de 1944 e 1949, a cooperação internacional se resumiu essencialmente aos esforços para reconstrução européia. Neste período, os conflitos entre os EUA e a URSS foram acentuados, aumentando a tensão no sistema internacional. O direcionamento de divisas para os países devastados pela guerra atendia, em grande parte, aos interesses dos países desenvolvidos que as controlavam. Nesse sentido, a cooperação internacional se desenvolveu inserida numa lógica de sistemas de alianças estabelecidas estrategicamente pelas duas grandes potências da época.

O realismo foi a teoria dominante nos estudos da área de relações internacionais dessa época, segundo essa perspectiva, os atores mais importantes no sistema internacional são os Estados e as relações internacionais são determinadas por relações de poder. Acredita-se que o direito, a ordem e a cooperação internacional decorrem diretamente da correlação de forças entre aqueles que detêm maior poder. No que se tange às organizações internacionais, Herz (2004, p.49) explica que “os autores realistas criticam a proposição de que instituições podem mudar aspectos importantes do sistema internacional e não conferem relevância ao papel de atores não estatais”.

Há uma certa dificuldade em se analisar a cooperação internacional no contexto realista, pois qualquer ator não estatal é considerado um mero instrumento de manipulação por parte dos Estados. As próprias organizações internacionais são alvo de críticas e ceticismo por parte dos realistas. O realismo ressalta a dimensão conflituosa e anárquica da sociedade internacional decorrente da ausência de uma autoridade hierarquicamente superior aos Estados. Devido a ausência de um poder supra-nacional, a eficácia da cooperação internacional é vista como sendo bastante limitada, dependendo da boa vontade dos governantes.

No realismo prevalece a lógica do Estado dominante, a cooperação internacional é problemática e a distribuição do poder é fundamental. Um Estado só desenvolve qualquer tipo de cooperação internacional se essa for a melhor alternativa em relação a outras em que ele não se utilizaria de seus serviços.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 80 prevaleceu uma visão do desenvolvimento que o concebia e o media por meio de elementos fundamentalmente econômicos. A partir desse entendimento, a cooperação se dava de forma unidirecional e em bases desiguais (sentido Norte / Sul), se estabelecendo uma relação concedente / receptor.

Em resposta ao neoliberalismo, no que é conhecido na academia como “Debate Neo-Neo das Relações internacionais”, surge a teoria Neo Realista. Algumas premissas básicas do Realismo clássico são mantidas, como por exemplo, a impossibilidade de cooperação entre os Estados por livre vontade. Entretanto o neo-

realismo admite a prerrogativa da cooperação como forma de manter a sobrevivência do sistema. Essa cooperação deveria se dar, preferencialmente, com um grande número de Estados, pois minimizaria a possibilidade de obtenção de excessivos ganhos relativos por parte de um Estado rival.

Para os neo-realistas, que crêem na anarquia e em atores egoístas e racionais como orientadores do sistema internacional, a cooperação é um meio de dominação e de disseminação da proeminência cultural dos Estados dominantes. As análises neo-realistas sobre o surgimento da cooperação internacional são entendidas apenas como uma ferramenta para ampliação do poder de determinado Estado ou para a manutenção do equilíbrio de poder entre diversos Estados no sistema internacional.

CAPÍTULO 2 O CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

2.1 GLOBALIZAÇÃO

O fenômeno da globalização causa ainda inúmeras discussões e debates acerca de sua origem, significados e resultados. Há teorias que acreditam terem ocorrido processos de globalização nas sociedades desde os primórdios da história, outras defendem a aceleração do processo a partir da era dos descobrimentos. Existem também teorias que afirmam ser o período pós Segunda Guerra Mundial o momento inicial da globalização. O presente trabalho, entretanto, abordará a globalização considerando como seu momento inicial a década de 80.

A globalização, nesse contexto, não será apenas o termo que designa a crescente interdependência e interligação entre os Estados, promovida, sobretudo através da liberalização do comércio mundial, da desregulamentação financeira e dos avanços tecnológicos nas telecomunicações, tecnologias de informação e transportes. A globalização, nesse trabalho, será entendida como parte de um processo histórico de predomínio econômico e de expansão do capitalismo, cujas alterações provocadas na conjuntura internacional contemporânea, alavancaram o consumo e abriram novos mercados, diminuindo as distâncias físicas entre os povos e ressaltando suas diferenças culturais.

O processo de globalização passa a ser pensado, então, como um paradigma que requer novos padrões. Um dos padrões sempre apontados é o da competitividade, e entre seus preceitos está o domínio da tecnologia e do conhecimento. Consequentemente, a educação passa a ser considerada fundamental para uma inserção mais vantajosa no mercado globalizado.

Em 1989, o fim formal da bipolaridade mundial acarretou em uma mudança de perspectiva acerca da lógica internacional. Sem desprezar questões geopolíticas e

geoeconômicas, esse processo, liderado principalmente pelas grandes empresas multinacionais, implicou numa tentativa de imposição de uma padronização cultural (ADDA, 1998). Os valores, instituições, padrões e demais aspectos sócio-culturais das sociedades norte-americana e européia passaram a ser largamente difundidos sob o emblema da modernização, desenvolvimento e progresso. Assim, as noções de centro e periferia, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, primeiro e terceiro mundo, norte e sul, passaram a ser utilizadas para descrever o ritmo da modernização mundial (IANNI, 2001)

Samuel Huntington (1997), no entanto, acredita que a modernização não é sinônimo de ocidentalização, mas se encontra conectada a esta no início do processo. A cultura do ocidente não pode substituir ou modificar as demais culturas, apesar da propagação mundial dos padrões de consumo e da expansão da mídia ocidentais. Ainda de acordo com o autor, a modernização comporta três reações diferenciadas ao redor do globo, sendo elas: (1) Rejeicionismo, que significa a não aderência de uma cultura à influência ocidental, apesar do poderio militar e do avanço nas tecnologias de informação impedirem que ocorram posturas exclusionistas; (2) Kemalismo, que se constitui na adesão à modernização e ocidentalização, na crença de que modernizar é necessário e o meio mais rápido para tanto é o abandono da cultura nativa e; (3) Reformismo, que representa a combinação dos valores, padrões e instituições ocidentais com aqueles da cultura local, em vista de preservá-los.

Em 1992, a UNESCO insistiu sobre a necessidade de realizar esforços para assumir os desafios do desenvolvimento e promover a diversidade das culturas. Essa proposição foi retomada pela Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1998. Por ocasião da preparação da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, a noção de diversidade cultural foi novamente evocada, em relação aos bens e serviços culturais. Nessa reunião foi defendida a tese de que somente políticas culturais apropriadas ligadas a uma educação multicultural podem garantir a preservação da diversidade criativa, contra o risco de uma “cultura única”.

Como dito anteriormente, temas referentes aos processos políticos, culturais e econômicos mundiais extrapolam a esfera internacional e interferem, cada vez, no

dia a dia dos cidadãos comuns. A linha entre local e global se torna cada vez mais tênue e assim, a noção de pertencimento de cada ser humano é elevada a uma condição que não encontra mais resposta nas fronteiras geográficas do seu país.

A globalização é fenômeno espacial fundado num continuum com o “global” numa ponta e o local na “outra”. [...] Ela envolve uma extensão e um aprofundamento das relações sociais e das instituições no espaço e no tempo de tal modo que, por um lado, as atividades diárias estão crescentemente influenciadas por fatores que acontecem do outro lado do globo e, por outro lado, as práticas e decisões de grupos ou comunidades locais podem ter significativas repercussões globais. (HELD, 1998, p.13).

O entender e saber lidar dessa nova condição dos cidadãos no mundo contemporâneo, é premissa para uma atuação local mais responsável e eficiente. Desse modo, a universidade se mostra como o espaço ideal para se desenvolver essa habilidade, posto que estas, através da cooperação internacional, são os atores que exercem um papel fundamental para assegurar não apenas a divulgação do conhecimento, mas a aproximação de povos e nações.

2.2 O PROTOCOLO DE BOLONHA E AS MUDANÇAS NO SISTEMA EUROPEU

As diferenças nos modelos institucionais e administrativos no ensino superior europeu é um fato histórico que não foi, até pouco tempo atrás, visto como um problema. A diversidade, fruto da história e da cultura de cada país, da influência de regimes, reformas ou revoluções, como em qualquer outro continente, era sempre entendida como enriquecedora. As IES da Europa foram, dessa forma, construídas representando mais um dos elementos que assinalavam a diversidade cultural do continente.

O Protocolo de Bolonha, processo iniciado em 1998² com previsão para entrar em vigor em 2011, é um processo que prevê uma série de reformas para conferir à Europa uma capacidade econômica mais competitiva, a partir da criação do Espaço Europeu de Ensino Superior. Seu principal objetivo é compatibilizar os sistemas

² Apesar do Protocolo de Bolonha ter sido assinado apenas em 1999, o processo foi iniciado em 1998, com a assinatura da Declaração de Sorbonne por parte dos ministros da educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

educacionais, unificando os currículos e homogeneizando os graus acadêmicos nos países da região, com a intenção de aumentar a competitividade do ensino superior europeu e promover a livre mobilidade de estudantes no continente. Segundo Morosini (2006):

Na Europa, a implementação do Protocolo de Bolonha, proposta para estar concluída até 2010, tem por objetivo a formação de uma estrutura comum aos países da União Europeia quanto aos cursos universitários. O processo pretende alinhar as Universidades da Comunidade Europeia quanto à sua estrutura e duração de seus cursos de graduação e pós-graduação *strictu sensu*. A transformação mais visível trazida por Bolonha é a organização do ensino superior em três ciclos: o 1º ciclo, com duração de três anos correspondentes a 180 créditos, confere o grau de licenciado; o 2º ciclo, com duração de dois anos correspondentes a 120 créditos, dá equivalência ao grau de mestre e; o 3º ciclo, com duração de três anos, conducente ao grau de doutor.

A construção desse Espaço, que para muitos críticos é apenas uma tentativa de fazer frente à economia norte americana e ao próprio BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), visa, supostamente, a abertura dos sistemas nacionais de educação para o processo de integração europeia. Apesar de no plano político presenciarmos a integração progressiva de diferentes nações a um ordenamento regional, essa integração não se dá em de maneira uniforme, como alguns setores da sociedade fazem parecer, pois ao mesmo tempo que o capitalismo global inclui diferentes nações ao mercado, estabelece também categorias hierarquizadas que sustentam e muitas vezes promovem a subordinação de determinados Estados a outros (NEGRI; COCCO, 2005).

O que pode ser observado é que o Protocolo de Bolonha propõe algo sem precedentes: "Uma política pública de um meta-Estado para um meta-campo universitário" (AZEVEDO, 2006, p. 173), ou seja, uma política educacional supra-nacional, comum a todos os Estados que fazem parte da UE. O que se presencia é uma reforma da educação superior europeia, aonde podemos destacar uma ampla perda de protagonismo dos Estados-nação, uma limitação da autonomia dos Estados no que diz respeito às decisões, discussões e legislações relativas à educação superior dentro de suas próprias fronteiras.

A autonomia universitária pode ser descrita como a capacidade global da instituição para agir por suas próprias escolhas para a prossecução da sua missão (NYBORG, 2002). No entanto, a autonomia em relação ao Estado é hoje apenas uma parte no cenário da liberdade institucional. As universidades estão cada vez mais sujeitas a pressões provenientes de fontes outras que não o Estado: as forças do mercado e a concorrência na prospecção de alunos.

De acordo com Wright (2010), o argumento apresentado por muitos governos europeus é que, para ter sucesso numa era de “economia global do conhecimento”, os países precisarão flexibilizar suas universidades para transformá-las em “empresas” e produzir a mão de obra qualificada necessária às demandas do mercado. Esses defensores do “livre comércio educacional” veem na Organização Mundial do Comércio (OMC)³ uma maneira de reduzir a interferência do Estado nas universidades. Para participar do livre comércio as universidades teriam que se tornar econômica e politicamente autônomas do Estado e serem capazes de priorizar suas atividades de modo a otimizar os lucros, não se mantendo entravada por agendas públicas e sociais.

Utilizando como parâmetro as ideias de István Mészáros (2007), a proposta deveria ser focar as reformas educacionais de maneira global, sem se ater a pontos ou casos específicos. Ainda segundo o autor, embora os sistemas educacionais sejam apenas uma parte dos problemas que envolvem a “sociedade do capital”, a educação se faz profundamente integradora da totalidade das relações sociais e institucionais da sociedade em que vivemos.

O sistema educacional formal da sociedade não pode funcionar tranquilamente se não estiver de acordo com a estrutura educacional geral. – isto é, com o sistema específico de “inferiorização efetiva” – da sociedade. A crise das instituições educacionais é uma crise da totalidade dos processos dos quais a educação formal é apenas uma parte. A questão central da atual “contestação” das instituições educacionais não é apenas o tamanho das classes, a inadequação das instalações de pesquisa e etc, mas a razão de ser da própria educação. Essa questão envolve inevitavelmente não só a totalidade dos processos educacionais “desde a juventude até a velhice”, mas

³ A educação, em todos os seus níveis, está inserida como uma modalidade de comércio de serviços negociáveis dentro do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS).

também a razão de ser dos instrumentos do intercambio humano em geral. (MÉSZÁROS, 2007, p. 272).

Mészáros (2007) aponta ainda que os problemas que envolvem as instituições educacionais seriam os reflexos de uma crise da totalidade dos processos sociais, uma crise estrutural de todo sistema capitalista. O grande dilema que envolveria as reformas educacionais seria a comprovação de que essa tendência ao reformismo intensificaria as contradições próprias e intrínsecas às relações sociais e institucionais alienadas⁴, ao invés de superá-las. Na tentativa de amenizar os problemas, novos vão surgindo, decorrentes das soluções tentativas para amenizar o primeiro problema e assim sucessivamente. Dessa forma, vão surgindo as reformas, uma após a outra, “na tentativa de reformar o que é irreformável”.

Tendo isso em vista, não é de se surpreender que as grandes utopias educacionais do passado – que originalmente visavam a contrabalancear a força do poder alienante e desumanizador do “espírito comercial” – fossem totalmente ineficazes contra a difusão da alienação e da reificação em todas as esferas da vida. Inclusive no campo da educação superior, que por muito tempo se pode proteger sob a fachada glorificada de sua própria irrelevância para as necessidades de um capitalismo Laissez-faire que se expandia “espontaneamente”, o ideal de criar um “harmonioso” foi gradualmente abandonado e a mais limitada especialização predominou em seu lugar, passando a produzir “conselheiros”, “peritos” e “especialistas” para a máquina do capitalismo moderno, que cresce como um câncer. (MÉSZÁROS, 2007, p. 268-269).

Para entender o que levou os governos europeus a se mobilizarem na direção de Bolonha, é preciso contextualizar o cenário no continente em meados da década de 90, quando da consolidação da União Europeia. O continente registrava altos índices de desemprego, chegando a ultrapassar os 10% (UNESCO, 2010) ao mesmo tempo em que os EUA assumiam um papel de potência hegemônica não apenas no campo econômico-político. A ideologia e o fascínio exercidos por esse país, juntamente com a política de prospecção de alunos estrangeiros praticada pelas universidades americanas, atraíam jovens de todas as partes do mundo. A Europa, portanto, dividida entre competição global crescente e a significativa queda

⁴ De modo simplório a alienação, na perspectiva marxista, pode ser entendida como a ação pela qual um indivíduo ou um grupo permanecem alheios aos produtos de sua própria atividade.

do número de jovens qualificados que permaneciam em suas fronteiras, decidiu modificar o sistema para torná-lo mais atraente para essa nova geração⁵.

A concorrência americana, com a conseqüente fuga de cérebros e o fim dos mercados cativos (como o africano, para as universidades britânicas, francesas e portuguesas ou o asiático, para as universidades britânicas), aliada à diminuição das taxas de natalidade e a implantação das concepções neo-liberais, com os riscos de sub-financiamento, representavam uma clara ameaça à sustentabilidade do sistema universitário europeu, fortemente dependente do financiamento (no modelo continental) ou da regulação (no modelo britânico) dos Estados. (UAB, 2010).

“A educação é uma dimensão da vida, que se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência humana”. A fundamentação e a organização dos sistemas educacionais, segundo Mészáros (2007), seguem esse mesmo propósito. “A educação tem duas principais funções na sociedade: (1) A produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia e; (2) A formação de quadros e a elaboração dos métodos para um controle político.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 273). Segundo o autor, a reforma não visa a humanização e a socialização do conhecimento, mas sim a adequação às novas formas sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista, que em determinado momento histórico, entram em contradição.

Ainda que do ponto de vista estratégico a uniformidade para aumentar a competitividade da UE na arena internacional seja uma tendência indiscutível, o Protocolo de Bolonha não é um processo inevitável e está longe de ser aceito de maneira unânime. Na maioria dos países tem havido resistência, principalmente de organizações estudantis⁶, que entendem o Protocolo como uma medida de caráter essencialmente econômico, impondo-se ao cultural e ao social, numa necessidade de preparar o mercado europeu para a competição direta com os Estados Unidos.

⁵ Segundo dados da CIA *Factbook*, a população europeia está envelhecendo rapidamente. Dentro de 20 anos o número de pessoas na faixa de 50 a 64 anos aumentará 25% no continente. Ao mesmo tempo, o grupo que abrange dos 20 a 29 anos diminuirá em 20%.

⁶ Em 14 de novembro de 2007, milhares de estudantes se manifestaram em Madrid e em outras cidades espanholas contra as reformas implementadas pelo Protocolo que, segundo eles, representa o aumento das taxas e mercantilização do ensino, ou seja, a adequação dos programas educacionais às necessidades empresariais.

É aqui, face ao novo desígnio de criação de um sistema europeu de educação superior, sem dúvida impulsionado e regulado pela União, mas com um alcance que já ultrapassa, em muito, as suas fronteiras políticas atuais, que o modelo institucional de tipo anglo-americano emerge em toda a sua expressão, seja em termos estruturais, seja em termos de regulação e de competitividade, e, até, de hegemonia lingüística, com o inglês e a cultura anglo-americana como referências centrais. (AZEVEDO, 2006, p.173).

Essas mudanças drásticas no sistema de educação superior europeu trazem problemas significativos em associação. Em primeiro lugar, o processo pode conduzir a uma padronização excessiva das IES, transformando-as em “fábricas de aprendizagem a serviço do lucro e das grandes empresas” (SANTOS, 2010) e, em segundo lugar, há o perigo de se criar um afastamento dos Estados-membros em relação aos países fora do bloco, ou seja, enquanto as reformas permitiriam uma movimentação de conhecimento de forma mais rápida, elas não conseguiriam estendê-la além das suas fronteiras, o que em suma, tornaria todo o processo controverso.

2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Em consequência da variedade de abordagens e conceitos utilizados para se entender as ações internacionais no âmbito do ensino superior, se faz necessária uma definição do termo “Internacionalização” neste trabalho. Embora, na literatura especializada, este termo também possa se referir aos processos de CIU, neste trabalho ele estará relacionado às atividades com motivação econômica, se referindo assim ao comércio internacional de serviços educacionais.

O setor da educação, especificamente a educação superior, experimenta um crescimento significativo no mundo inteiro. Essa afirmação pode ser demonstrada pelo número crescente de estudantes que vão para outros países em intercâmbio, pelo aumento do número de convênios de colaboração e pesquisa entre IES e outros diversos mecanismos para a cooperação educacional entre as instituições acadêmicas em diferentes países. Nos EUA, segundo dados da UNESCO, durante

os anos de 1989 a 1993, a matrícula de estudantes estrangeiros nos cursos de ensino superior cresceu em torno de 6% ao ano. Em 1995 esse mercado específico foi estimado em U\$ 27 bilhões.

Os Estados Unidos são o principal exportador de serviços de educação, seguidos por França, Alemanha e Reino Unido (Tabela 01). Dentre os principais mercados de exportação destes serviços, no âmbito da educação superior, estão a Ásia (Japão, China, Coréia, Índia e Indonésia), respondendo por 58% de todas as exportações dos EUA no setor, seguido por países da Europa e América Latina. Desde 1996 a educação superior tem sido o quinto serviço mais exportado pelos EUA, portanto, fica clara a intenção dos Estados Unidos nas pressões que vem sendo exercidas nos outros países membros da OMC.

O acordo da OMC [GATS] não é neutro e se destina a facilitar e promover maiores oportunidades de comércio. Portanto os países não estão interessados em importar ou a exportar serviços educacionais, provavelmente experimentarão maior pressão para permitir o acesso de fornecedores estrangeiros em seus mercados. (KNIGHT, 2002 p. 19)

Tabela 1 - Leading Exporters Of Education Services In The World

Country	Year	Total number of students
United States	2005/06	453,787
France	2003/04	170,574
Germany	2003/04	146,126
United Kingdom	2003/04	128,550
Russian Federation	2004/05	73,172
Japan	2003/04	50,801
Australia	2003	42,415
Canada	2003/04	35,451
Belgium	2003/04	35,236
Switzerland	2003/04	25,307

Fonte: UNESCO - Statistical Yearbook (2007).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estima-se que atualmente existem cerca de 97 milhões de estudantes no ensino superior, dos quais 7,2 milhões estão estudando em outro país que não o seu país de origem. Estima-se ainda que entre gastos governamentais e privados, o

setor educacional movimentada cerca de dois trilhões de dólares a cada ano. Esse volume de recursos tem atraído, cada vez mais, a atenção de grupos internacionais interessados em serviços de educação com fins lucrativos.

Os países desenvolvidos, que já contam com grande percentual de sua população escolarizada e uma taxa de natalidade decrescente, não se apresentam mais como um mercado atrativo para as empresas que atuam no setor educacional. Por outro lado, os países em desenvolvimento – que contam com grande parte da sua população em idade escolar, conseqüentemente se mostrando um mercado potencial para oferta de ensino nos vários níveis – tem sido, cada vez mais, alvo do capital internacional.

O General Agreement on Trade in Services (GATS) é um dos acordos estabelecidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e entrou em vigor no início de 1995, junto com a própria Organização. A lógica do GATS é a de uma progressiva liberalização do comércio de serviços através de sucessivas rodadas de negociação. Dentre os setores abrangidos por esse acordo, está a educação.

O que se observa é que em muitos países, por variadas razões, o Estado deixou de desempenhar ou não tem sido capaz de desempenhar de modo eficiente essa função [criar um sistema educacional que assegure igualdade de oportunidades de acesso às universidades públicas e que seja capaz de fomentar a pesquisa e o avanço tecnológico]. Isso abriu espaço para o ingresso de várias entidades privadas no mercado, muitas das quais passaram a fornecer educação de melhor qualidade e maiores oportunidades de acesso ao ensino superior. Há, assim, uma convivência no setor de educação entre serviços prestados no exercício da autoridade governamental (entidades públicas sem finalidade lucrativa) e entidades privadas que operam em bases comerciais. São exatamente os serviços educacionais prestados por estas últimas que podem ser objeto de liberalização nos termos do GATS. (CELLI, 2008).

Em 1998, o Secretariado da OMC divulgou um documento destacando a importância econômica dos serviços educacionais, principalmente para os países que geralmente recebem um grande número de estudantes estrangeiros. Além disso, revelou também o montante das despesas previstas para esses serviços em países

onde grande parte da população encontra-se em idade escolar (de 5 a 29 anos). Esse relatório destacou ainda as mudanças que estão ocorrendo no setor de educação incluindo a redução de recursos públicos, o que tem provocado uma crescente busca por fontes alternativas de financiamento e a adoção de práticas de administração de empresas como forma de gestão das IES.

Considerada uma mercadoria, a educação foi classificada, de acordo com a OMC, em cinco níveis, sendo: (1) educação primária; (2) educação secundária; (3) educação superior; (4) educação de adultos⁷; e (5) outros serviços educacionais e atividades de suporte educacional. Além dessa classificação, a OMC, através do GATS, também rotula quatro modos de oferta desses serviços, sendo: (1) prestação transfronteiriça⁸; (2) consumo no exterior⁹; (3) presença comercial¹⁰; e (4) transferência de pessoas¹¹ (W/120 - ANEXO B).

A idéia por trás dessa regulamentação, é a criação de um mercado aberto e global, onde a educação, vista como um serviço, possa ser negociada pelo melhor preço. O Brasil não assumiu nenhum compromisso ou apresentou ofertas no que diz respeito à liberalização de serviços educacionais. Ainda assim, o mercado de serviços no ensino superior no país é relativamente aberto. Existem poucas restrições à participação de capital estrangeiro nas entidades privadas de ensino superior e grupos internacionais têm adquirido participação acionária em muitas IES brasileiras. Segundo dados da Universia (2010), a educação superior já é a terceira área com maior número de fusões e aquisições no Brasil, sendo que mais de 50% das ações das IES disponíveis na Bolsa de Valores foram compradas por investidores estrangeiros.

⁷ Definida como todo tipo de educação não formal, como educação por rádio, televisão ou por correspondência.

⁸ Diz respeito à prestação de serviços educacionais por fornecedores com sede em um país, para um segundo país, sem qualquer transferência de pessoal ou transferência física da planta. Ex.: Educação à distância.

⁹ Consumo de serviços educacionais por indivíduos que se deslocaram para um país que não o seu de domicílio.

¹⁰ Está relacionada com a presença física de instituições em outro território.

¹¹ Deslocamento de pessoas físicas de um país, executando serviços educacionais em outro país.

Quadro 1 – IES com participação de capital estrangeiro - Bahia

IES	MANTENEDORA	MODALIDADES	GRAUS ACADÊMICOS
Área 1	Devry - EUA	Presencial	Graduação; Pós-graduação Latu Sensu
Centro Universitário Jorge Amado	American University System – EUA / Marrocos	Presencial; EAD	Graduação; Pós-graduação Latu Sensu
Faculdade Ruy Barbosa	Devry - EUA	Presencial	Graduação; Pós-graduação Latu Sensu
Universidade Salvador	Laurette – EUA	Presencial; EAD	Graduação; Pós-graduação Latu Sensu e Stricu Sensu

Fonte: MEC e UNIVERSIA (2010).

No centro desse debate, está um confronto de valores básicos. Se por um lado, há aqueles que vêem a educação apenas como um empreendimento comercial, pelo outro lado, há aqueles que afirmam que a educação é acima de tudo, um direito humano e um bem público, e que as forças do mercado não podem garantir a manutenção de um sistema de ensino acessível e de alta qualidade. Segundo Celli (2008):

Uma série de princípios-chave são essenciais para a integridade da educação, e sua capacidade de desempenhar o seu papel vital na sociedade como um gerador imparcial e disseminador do conhecimento. A primeira delas é o fato de que a educação é um direito humano. O segundo é o princípio do serviço público. A educação é um bem público que deve ser entregue por meio de instituições públicas - e com a ética do setor público - enfatizando acesso, qualidade e igualdade de oportunidades.

É certo que qualquer iniciativa envolvendo mudanças gera debate, especialmente se for uma questão sensível como a educação. Neste caso, no entanto, é possível identificar mais pontos fracos que fortes, mais ameaças que oportunidades. Entre as ameaças sentidas pelo setor, a maior delas talvez seja o medo do abandono da responsabilidade do Estado na área da educação superior, com o risco de que a educação seja entregue ao domínio estrangeiro, trazendo implicações não só em termos qualitativos, mas culturais.

2.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENSINO SUPERIOR

Muito tem sido escrito sobre a cooperação internacional do ensino superior. Na década de 80 - o discurso foi dominado pelos profissionais no campo da educação internacional, mas com a crescente importância do tema, um maior número de pesquisadores em educação “tradicional” têm se interessado pelo fenômeno. Essa crescente importância diz respeito aos níveis e modalidades crescentes das atividades de cooperação internacional, mas também tem relação com a percepção político-estratégica dessas atividades. Daí o interesse em analisar o tema na perspectiva das Relações Internacionais.

Desde sua origem, as universidades são instituições norteadas pela e para a produção e propagação do conhecimento. A peregrinação acadêmica (*peregrinatio accademica*) corresponde a uma das características mais acentuadas da universidade medieval, sendo uma prática que viabilizava a mobilidade internacional do conhecimento por meio de estudantes e professores, na direção de instituições que se notabilizaram em determinadas áreas do conhecimento (CHARLE e VERGER, 1996). Entendendo que o conhecimento tem dimensão universal, não se pode pensar que, em um contexto de globalização, as universidades poderiam se expandir permanecendo limitadas por fronteiras geográficas.

A nacionalização das universidades decorre da emergência do Estado-Nação e, mesmo neste contexto, os governos trataram de formular políticas de cooperação internacionais com o estabelecimento de programas de intercâmbio que promovessem atividades de ensino, pesquisa e publicação. Tanto as nações de estudantes (*universitas studentis*), quanto a Igreja e o mercado são entidades transnacionais, conseqüentemente, à medida que as universidades foram e estão submetidas aos seus interesses, elas assumem caráter predominantemente internacional. (ROSSATO, 1998).

A Cooperação Internacional no âmbito do ensino superior é vista como um processo de desenvolvimento e implementação de políticas e programas com o objetivo de integrar as dimensões internacional e intercultural nas missões e estratégias das universidades. Como dito no capítulo anterior, este conceito é apresentado como

uma resposta aos desafios advindos da globalização e de uma maior integração entre os países e povos do mundo. Este processo confere uma dimensão internacional e intercultural aos mecanismos de ensino e pesquisa no ensino superior, por meio da mobilidade acadêmica de estudantes, professores e pesquisadores, o desenvolvimento de programas de diplomação conjunta, desenvolvimento de projetos de pesquisa e internacionalização dos currículos e criação de redes internacionais.

Nesse sentido, Gacel-Ávila (1999) afirma que as ações de CIU devem ser entendidas "como uma das respostas mais importantes e consistentes das universidades para o fenômeno chamado de globalização", em cujo processo, de acordo com a autora, as universidades devem desempenhar um papel fundamental na formação de profissionais capazes de se adaptar e funcionar eficazmente na nova realidade mundial. Para lidar com os paradigmas impostos por essa nova ordem internacional, a autora afirma ainda que "os estudantes universitários de hoje devem saber e participar, pensar e se preparar em uma perspectiva global, para que suas competências sejam melhor aproveitadas no maior número de contextos sociais a nível local".

For a university, international cooperation means the awareness and operation of interactions within and between cultures through its teaching, research and service functions, with the ultimate aim of achieving mutual understanding across cultural borders. For a national higher education system, international cooperation refers to dialogue with those in other countries. (GACEL-ÁVILA, 1999).

Muitos autores concordam que essas mudanças que vêm ocorrendo no ensino superior, trazem riscos e oportunidades, como afirma Gacel-Ávila (1999), que identifica como vantagens: (1) o fato de permitir uma maior flexibilização nos sistemas de ensino; (2) a criação de novas competências; e (3) o aumento da colaboração acadêmica em uma escala global. Identificados como riscos entretanto, estão: (1) a "fuga de cérebros" que teoricamente seriam utilizados em ações de desenvolvimento local; (2) problemas de reconhecimento público; e (3) acesso apenas para alunos de alta renda.

A nova configuração das relações internacionais, marcada por um processo cada vez maior de interligação econômica, política e sócio-cultural, permite a multiplicidade de novos atores subnacionais e de novos formatos nas práticas de cooperação internacional. Faz-se importante destacar aqui, o conceito de ator nas relações internacionais, como um ente que desempenha um papel relevante, atuando e produzindo efeitos no cenário global.

No contexto internacional, pode-se dizer que o ator é o agente do ato internacional, aquele que participa das relações internacionais e da dimensão dinâmica da sociedade internacional, cuja realidade é formada por um elenco de agentes sociais, que ali atuam e se relacionam, influenciando-se mutuamente e interagindo-se em cooperação ou em conflito. (OLIVEIRA, 2007, p. 183).

As IES, que tradicionalmente são as instituições responsáveis pela produção e divulgação do conhecimento - e que tinham se mantido protegidas, pela ação do Estado¹², de interferências políticas externas, conservando um certo grau de independência em relação às influências exercidas por outros atores internacionais – aparecem desempenhando papéis de protagonistas na área da cooperação internacional.

A universidade pela sua vocação de desenvolver ciência e tecnologia e de formar quadros com capacidade de atuação multicultural não pode estar ausente desse movimento das relações internacionais que marcam o contexto de interdependência global, por isso logo se inseriu em diversificadas estratégias de cooperação internacional, em especial no âmbito regional das integrações transnacionais. (SENHORAS, 2006).

É a partir dessa concepção de interdependência que pensadores como Keohane e Nye (1984) defendem a ideia de que a política mundial em transição necessitava da contribuição de atores não estatais, que por sua vez “passaram a desempenhar papéis às vezes mais relevantes que os Estados em decisões sobre investimentos, tecnologia, mídia e conhecimento”. A cooperação entre esses atores passa a ser um objetivo comum das sociedades científicas mundiais, pois através da CIU,

¹² Nesse caso a referência é apenas à autonomia universitária frente a interferências para além das fronteiras estatais, sem entrar na questão da autonomia universitária frente ao Estado, que historicamente tem sido, ora mais tênue, ora mais autoritário e controlador.

asseguram-se a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido. Assim, o papel das IES passa a ser fundamental, pois a elas cabe a tarefa de serem protagonistas da cooperação internacional e promotoras do processo de integração.

A integração aqui, é vista como uma ação para diminuir barreiras entre nações e povos, aprimorando os desenvolvimentos científico, tecnológico, social e cultural, através da cooperação e da capacitação em setores específicos. Morosini (2006) argumenta que:

O principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Neste sentido, a universidade, por suas diferentes identidades e por constituir-se no espaço por excelência da argumentação científica, candidata-se a ser um dos interlocutores-atores da integração.

Governos de diversos países vem fornecendo possibilidades de financiamento para discentes estrangeiros estudarem em suas IES por variadas de razões. Esses governos podem ser conduzidos por razões humanistas, acadêmicas, econômicas ou políticas, ou ainda por uma combinação desses fatores. Segundo Rudzki (1998), as motivações mais comuns dos governos nesse sentido são os seguintes: (1) Humanista - Aumentar o acesso ao ensino superior para pessoas de países onde essas oportunidades são mais escassas, ou onde as pessoas não podem pagar por esses estudos; (2) Acadêmica - Através da concessão de bolsas de estudos para estudantes estrangeiros e da organização de programas de estudo internacionais, abre-se uma porta para parcerias acadêmicas internacionais; (3) Econômica - A educação internacional é uma oportunidade de atrair a presença de estudantes que podem trazer importantes retornos econômicos para as IES, contribuindo dessa forma com as economias locais; (4) Política: Estudos no exterior reforçam a compreensão mútua entre povos de diferentes origens culturais e políticas e podem melhorar as relações internacionais entre os povos e nações. Ressalto que, discordando do autor neste ponto, acredito que o conhecimento de diferentes povos e culturas pode ser usado pelos governos no sentido de fortalecer relações de dependência entre os Estados.

Tabela 2 – Principais países receptores de estudantes estrangeiros

Países	2003	2004	2005
EUA	582.996	572.509	590.128
Reino Unido	227.273	300.056	318.399
Alemanha	240.619	260.314	259.797
França	221.567	237.587	236.518
Austrália	179.619	166.954	207.264
Canadá	40.033	63.637	132.982
Japão	74.892	117.903	125.917

Fonte: Recueil de Données Mondiales sur L'Éducation. Institut de Statistique. (UNESCO, 2004, 2006).

A CIU é um sistema de comunicação caracterizado pelo trabalho conjunto entre pesquisadores, institutos de pesquisa e universidades buscando atingir objetivos comuns, mas, tradicionalmente, é no ensino superior de graduação que a cooperação entre os países em matéria de educação, ciência, tecnologia e cultura tem ocorrido. Essa cooperação tem sido desempenhada de distintas maneiras, não se mantendo atrelada apenas a convênios de intercâmbio acadêmico, mas através de workshops ou outros encontros para troca de conhecimento, projetos de cooperação ou redes de trabalho para troca dos resultados e divisão das tarefas, envolvendo os mais diversos propósitos.

2.4.1 Modalidades de Cooperação

A Cooperação Internacional Universitária é entendida, muitas vezes, dividida em categorias ou tipos de atividades, dada à variedade de ações que podem ser estabelecidas e às diferentes razões que levam as IES a colaborarem entre si. Além disso, o sucesso de sua execução depende do envolvimento de agentes internos - docentes e equipe administrativa - e externos - agências de fomento, organismos internacionais, governos nacionais e estrangeiros, institutos de investigação e desenvolvimento, dentre outros (STALIVIERI, 2008).

Tendo em vista que a CIU pode assumir diferentes formas e abarcar desde as modalidades mais novas até formas mais habituais de cooperação científica e

tecnológica, Georghiou (1998) destaca a existência de duas modalidades de cooperação internacional: a) Cooperação Informal, e b) Cooperação Formal.

Quadro 2 – MOTIVAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

MODALIDADES		MOTIVAÇÕES
Cooperação Informal	Ocorre no âmbito de projetos específicos, através dos pesquisadores; Os compromissos se estabelecem em nível pessoal ou institucional, sendo muito comum na CIU.	Acesso a conhecimento; o acesso a lugares únicos e a grupos, onde o pesquisador coopera na intenção de ter acesso a esses lugares propriamente ditos ou seus dados; auxílio em questões globais de meio ambiente e saúde pública.
Cooperação Formal	Faz uso de documentos legais, protocolos, convênios e acordos; Envolve um comprometimento mais formal entre os pesquisadores/instituições participantes.	Motivações estratégicas direcionadas por governos ou organismos da sociedade, conforme a natureza política, econômica, militar ou cultural.

Fonte: Elaboração própria, baseada em Georghiou (1998).

A CIU vai além da busca dos processos de intercâmbio acadêmico. A cooperação internacional entre IES no campo acadêmico pode se manifestar de diferentes maneiras. Há uma série de oportunidades para estabelecer uma cooperação de qualidade entre as instituições de ensino superior, mas faz-se necessário ressaltar algumas características importantes nas relações que podem ser estabelecidas.

De acordo com Stallivieri (2008), os processos de CIU desenvolvem-se geralmente, nos campos de gestão universitária, ensino, pesquisa e extensão, sendo: (1) Gestão Universitária - Intercâmbios; troca de informações com outros gestores¹³; participação em Fóruns de discussão, programas de capacitação¹⁴; assessorias e

¹³ Como exemplo, posso citar os cursos do IGLU - Instituto de Gestão e Liderança Universitárias.

¹⁴ É o exemplo do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI).

consultorias e; desenvolvimento das políticas de cooperação internacional. (2.1) Ensino no âmbito da graduação - Programas de mobilidade acadêmica; atualização curricular e modernização dos métodos de ensino; inclusão de conteúdos internacionais; participação de professores estrangeiros no corpo docente; presença de estudantes estrangeiros por meio de convênios específicos; oferta de missões ao exterior; cursos parciais de estudos; cursos de formação complementar; cursos de línguas estrangeiras; atividades profissionais e; estágios no Exterior. (2.2) Ensino no âmbito da pós-graduação - Oferta de cursos colaborativos; oferta de cursos conveniados; cursos de pós-graduação integral; cursos de pós-graduação parcial (sanduíche); cursos de formação complementar e; formação de investigadores. (3) Pesquisa – Mobilidade de investigadores; intercâmbio de informações / publicações; realização de eventos científicos internacionais; atividades de difusão e de transferência de tecnologia em nível internacional. (4) Extensão - Intercâmbios de difusão cultural; atividades culturais na universidade e; programas de educação continuada.

CAPÍTULO 3 UMA ANÁLISE SOBRE A UNIFACS

A Universidade Salvador UNIFACS é uma instituição de ensino superior localizada na cidade de Salvador, Bahia, no Nordeste do Brasil. Fundada em 1972 com o nome de Escola de Administração de Empresas da Bahia, “a UNIFACS teve seu credenciamento como Universidade em 1997, com parecer favorável por unanimidade de votos do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Decreto Presidencial de 18 de setembro do mesmo ano, publicado no Diário Oficial da União, em 19 de setembro de 1997” (UNIFACS, 2010).

Com 39 anos de existência, a UNIFACS registra as seguintes fases: (1) De 1972 a 1989 - concentração de esforços na afirmação de sua identidade junto à comunidade, fixação de imagem institucional e consolidação de sua vocação nas áreas gerencial e tecnológica; (2) De 1990 a 1997 – expansão das atividades de ensino de graduação e pós-graduação e início de sua transformação em universidade; (3) De 1997 a 2010 - credenciamento como Universidade; (4) A partir de 2010 – entrada do capital estrangeiro (*Laureate Universities*).

A UNIFACS é hoje, uma instituição moderna, identificada e integrada à sua realidade. A característica de vanguarda inerente a toda universidade e a sua efetiva inserção no meio social habilitam-na para manter viva uma visão do futuro, fortemente difundida através de sua missão: Gerar e transferir conhecimento e, através de educação continuada, inovadora e de excelência, formar pessoas que contribuam para o desenvolvimento regional.

Por isso, para a realização de sua missão, a Universidade Salvador eleva como suas principais diretrizes: (1) reconhecer o aluno como principal agente das ações educativas da Instituição; (2) reconhecer no professor o principal colaborador da Instituição, pela sua competência profissional, retidão de caráter e vocação para mobilizar o aluno a busca do conhecimento; (3) estimular o trabalho coletivo e

integração das diversas áreas, como elementos fundamentais para o alcance dos objetivos da Instituição; (4) buscar interação constante com a sociedade, de modo a conhecer e atender as suas necessidades; (5) valorizar a pesquisa, como forma de produção sistemática de conhecimento socialmente relevante, e a atividade de extensão como meio de difusão deste conhecimento e; (6) acompanhar permanentemente a evolução tecnológica, colocando-a sempre a serviço do processo educativo.

Atualmente, a universidade oferece cursos de Graduação Plena e Graduação Tecnológica, nas modalidades presencial e a distância, e de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, além de cursos livres de extensão e certificações profissionais na área de Tecnologia de Informação. "A área de extensão desenvolve projetos que contribuem para a melhoria da condição de vida da comunidade, respeitando e desenvolvendo seus valores." (UNIFACS 2010).

Vencedora de diversas premiações nacionais, a UNIFACS figura, desde o ano de 2001 entre as dez melhores universidades do Brasil, no *Guia Você S/A - Melhores MBAs no Brasil*. A universidade é uma das maiores IES do Nordeste e é reconhecida na comunidade principalmente pela sua vocação regional, formação com ênfase nas áreas tecnológica e de fomento ao empreendedorismo. Hoje existem projetos desenvolvidos em conjunto com órgãos de fomento à pesquisa, fundos setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia, empresas e organizações com forte embasamento tecnológico.

Apesar suas ações procurarem responder aos novos desafios que exigem das IES elevados padrões de competência, seriedade e qualidade, a UNIFACS mostra, até 2010, uma relativa despreocupação com a cooperação internacional, negligenciando o fato de que esta surge como decorrência de três fatores importantes: como resposta ao fenômeno da globalização; como possibilidade de assegurar a qualidade dos recursos humanos, da infra-estrutura e das ações e; como forma de fortalecer os programas de ensino, de pesquisa e de extensão.

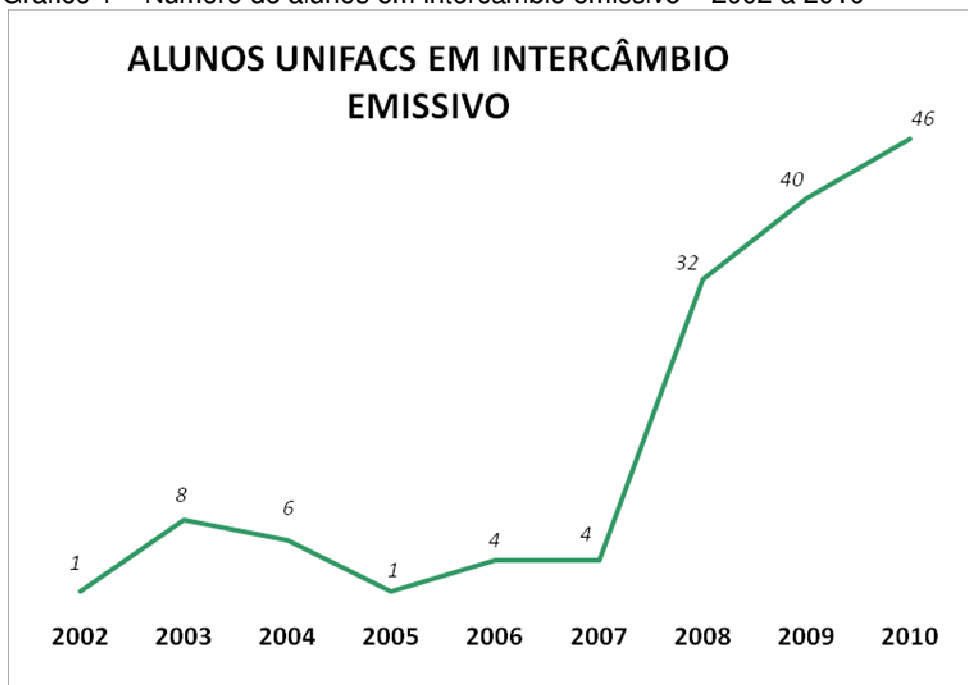
Muitas das dificuldades enfrentadas no sentido de apontar o grau de importância da implementação de ações de cooperação internacional aos gestores da UNIFACS, se dão no âmbito de sua estrutura e organização internas.

3.1 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA UNIFACS

Apesar de ações de CIU se tornarem cada vez mais presentes e necessárias na rotina das instituições, na Universidade Salvador estas eram vistas como “luxo”, não sendo percebidas como um fator de desenvolvimento estratégico. Apenas no ano de 2002, para efetivar as demandas do alunado no que diz respeito ao oferecimento de programas de intercâmbio estudantil, é criado, com pouquíssimo apoio institucional, o Setor de Intercâmbio na UNIFACS. De forma pouco planejada, a universidade inicia um diálogo com instituições universitárias de outras partes do mundo, a partir de convênios de intercâmbio acadêmico e cooperação docente.

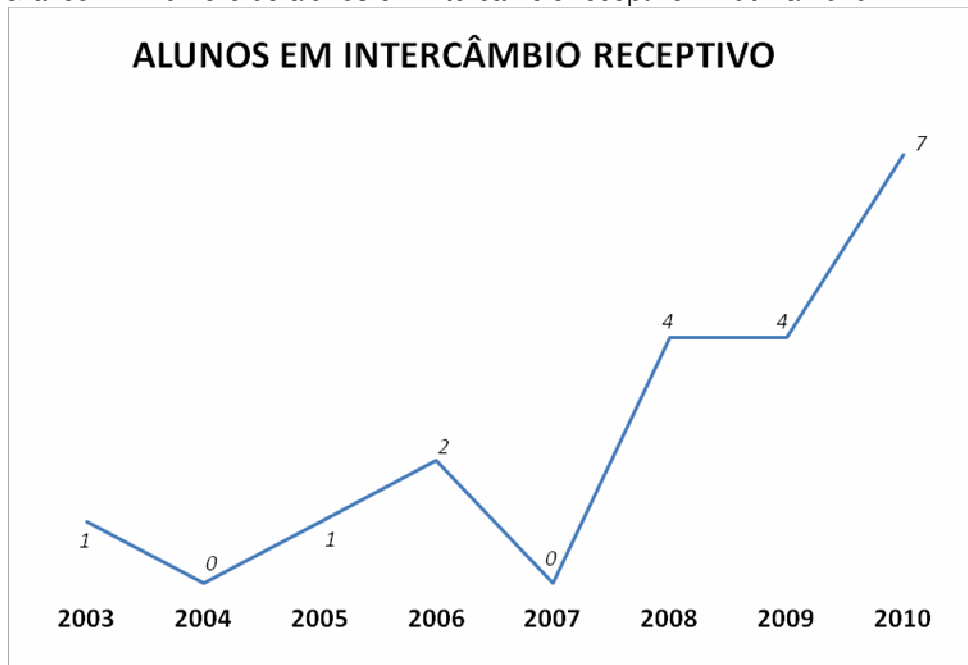
Pela necessidade de funcionar como órgão executor das ações de cooperação internacional, o Setor de Intercâmbio foi criado e vinculado à Vice-reitoria para Relações Institucionais. Podem ser registradas as seguintes fases: (1) 2002 a 2004 – Implementação do setor, com a assinatura de convênios de mobilidade acadêmica e envio de alunos ao exterior; (2) 2005 a 2007 - O setor passa a se chamar Supervisão de Intercâmbio e promove o fortalecimento e a ampliação dos acordos bilaterais de cooperação acadêmica, além da implementação de programas de intercâmbio receptivo; (3) 2008 a 2010 – O setor passa a ser chamado Coordenação de Intercâmbio e, além do desenvolvimento de programas de investigação conjunta, implementa uma série de medidas no sentido de sensibilizar a comunidade acadêmica, o que resulta em um aumento de mais de 500% no número de alunos participantes do programa; (4) 2011 – O setor passa a ser chamado *International Office*, demonstrando uma nova tendência, advinda da internacionalização da universidade, que pode ser percebida inclusive no estrangeirismo em detrimento da lingual nacional.

Gráfico 1 – Número de alunos em intercâmbio emissivo – 2002 a 2010



Fonte: Elaboração própria, baseada em UNIFACS (2010).

Gráfico 2 – Número de alunos em intercâmbio receptivo – 2002 a 2010



Fonte: Elaboração própria. Baseada em UNIFACS (2010)

Qualquer que seja seu nome, o setor responsável pelas ações de CIU da UNIFACS possui a responsabilidade de assumir o papel de interlocutor entre as IES, no atendimento a alunos e professores, com o intuito de orientá-los no sentido de qual a melhor forma de acesso aos programas de intercâmbio acadêmico e orientação burocrática dos convênios existentes. Para alcançar esses objetivos, foram estabelecidas, no ano de 2009, ações prioritárias que passaram a orientar as iniciativas, projetos e programas dos quais a instituição passou a fazer parte, sendo: (1) reavaliação dos acordos de cooperação internacional, priorizando parcerias equilibradas com grupos distribuídos nos diferentes blocos geográficos, econômicos ou lingüísticos; (2) participação em diferentes programas de mobilidade acadêmica internacional, tanto para discentes, como para docentes; (3) desenvolvimento de programas de titulação conjunta favorecendo a qualificação dos programas institucionais; (4) fortalecimento e ampliação dos acordos bilaterais de cooperação acadêmica, científica, técnica, didática ou cultural; e (5) promoção dos projetos de cooperação internacional perante a comunidade acadêmica.

Kennan e Vallé (1994) definem como compromissos de um escritório de assuntos internacionais de uma IES, atividades que fomentem, apoiem e promovam toda atividade internacional apropriada ao desenvolvimento da própria instituição, de seus partícipes e da comunidade maior. A IES tem, dessa maneira, a iniciativa de introduzir os membros da comunidade universitária em todo tipo de atividade internacional, desde que demonstrem capacidade e interesse para tanto. No campo interno, o escritório deve estimular o interesse da comunidade acadêmica para participar de novas iniciativas no exterior; no campo externo deve acentuar a própria imagem perante organismos internacionais ligados a outras IES.

Para a UNIFACS, as parcerias provenientes de convênios com IES estrangeiras, viabilizaram a realização de inúmeras atividades em conjunto que beneficiam bilateralmente as instituições envolvidas no processo. Os convênios garantiram a realização de atividades em diferentes esferas, afirmando o interesse mútuo das IES signatárias na sua efetiva promoção de programas de intercâmbio acadêmico, publicações em parceria, organização de viagens de estudos e de missões acadêmicas, desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos e visitas técnicas para o reconhecimento de potencialidades de novas ações de cooperação. A

Universidade Salvador manteve, até sua internacionalização em 2011, mais de cinquenta Convênios de Colaboração vigentes (APÊNDICE 01).

Na UNIFACS o convênio de CIU é realizado de 02 formas, sendo: (1) Convênio específico - que já define o interesse entre os Departamentos na UNIFACS e na Instituição parceira e; (2) Convênio de Cooperação, também chamado “Convênio-guarda-chuva” – com objetivos amplos, esse convênio prevê o estabelecimento de programas em áreas a se definir mediante projetos ou planos de trabalho, que serão objeto de aprovação posterior. Em ambos os casos, pode-se ampliar a área de atuação ou detalhar as atividades através de Termos Aditivos e toda a documentação é encaminhada ao Escritório Internacional, que analisa e acompanha todo o processo de tramitação interna e externa.

De acordo com Daniel Samoilóvich (1999, p.6):

Los convenios internacionales interuniversitarios representan la formalización de una relación institucional, emergente o consolidada, mediante un documento que define los ámbitos de cooperación entre instituciones de educación superior de diversos países.

Analisando os dados da UNESCO sobre CIU, é possível perceber um aumento expressivo no número de documentos firmados entre governos nacionais e entre as IES brasileiras com estrangeiras, com especial ênfase à cooperação Norte-Sul. Como exemplo, pode ser citado o Acordo de Cooperação firmado entre o Conselho de Reitores das Universidades do Quebec e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CREPUQ/CRUB), com o intuito de viabilizar a aproximação entre as universidades quebequenses e brasileiras, com programas de apoio à mobilidade estudantil entre Brasil e Quebec.

Dessa maneira, os Acordos de Cooperação entre IES impulsionam a projeção e a visibilidade internacional, possibilitando uma rápida aproximação entre os investigadores, que por sua vez estimulam a presença da instituição em programas de investigação conjunta. As ações externas geradas por esses acordos motivaram a UNIFACS a desenvolver os seus programas próprios de mobilidade acadêmica,

tanto em nível de pós-graduação, de graduação e também de extensão, como veremos em seguida.

Esses programas objetivam possibilitar aos professores, pesquisadores, estudantes e gestores da UNIFACS a oportunidade de realização de experiências internacionais juntos às instituições conveniadas ou junto às instituições participantes dos programas de cooperação já instalados. É possível identificar três programas prioritários de cooperação internacional na instituição, sendo: (1) Intercâmbio bilateral; (2) *Hunter College Program*; e (3) *International Business Program*.

No âmbito da graduação, existem os programas de intercâmbio bilateral, onde a UNIFACS oferece aos seus discentes regularmente matriculados nos cursos oferecidos pela Instituição, a possibilidade de desenvolver seus estudos, durante um semestre acadêmico, prorrogável a até um ano, em alguma das instituições estrangeiras conveniadas. Tal decisão foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), através da Resolução n. 33/01, a qual autoriza o afastamento dos estudantes para a realização de atividades no exterior, prevendo o aproveitamento dos estudos cursados com a posterior transferência dos créditos obtidos no exterior, permitindo ao aluno a continuação do seu curso sem atraso ou dessemestralização. O principal objetivo deste programa, no entendimento institucional é a formação dos cidadãos capacitados para atuarem localmente, com o desenvolvimento de competências globais.

Em relação aos programas de extensão, as missões acadêmicas se colocam como um ponto bastante expressivo. A presença de pessoas, de missões que chegam à Universidade, levadas pela busca de seus produtos – o conhecimento, os serviços, os recursos humanos - é precedida de expectativas e pode apresentar caráter político, acadêmico ou administrativo. Desde 2006, bianualmente, a Universidade Salvador recebe missões acadêmicas do *Hunter College – City University of New York*. A missão, composta por dois professores e 40 estudantes estrangeiros, tem como objetivo principal conhecer a cultura afro-brasileira. Durante quinze dias, os estudantes têm aulas sobre língua portuguesa e cultura baiana pela manhã e à tarde participam de atividades culturais fora da universidade.

No âmbito da pós-graduação, a ênfase é dada na realização de módulos no exterior. Os estudantes dos cursos de pós-graduação lato sensu podem optar pela realização dos módulos presenciais no exterior, durante os quais atividades são desenvolvidas com o objetivo de fortalecer o aprendizado oferecido no decorrer da realização do curso no Brasil. Ainda para os alunos de pós-graduação, foi implementado em 2008 o *International Business Program* – Atlanta, um programa exclusivo, desenhado exclusivamente para a UNIFACS, pelo Departamento de Negócios da Georgia State University (GSU). Este programa de sete dias de duração, tem como objetivo propiciar aos estudantes uma visão do contexto competitivo das organizações em âmbito global, mediante seminários com professores da GSU e visitas técnicas, mediante contato com algumas das grandes empresas instaladas em Atlanta, como Coca-Cola, UPS e CNN. Os depoimentos de alguns alunos que participaram deste programa podem ser lidos no apêndice C.

Uma das áreas mais produtivas para a cooperação internacional está, sem dúvida, no investimento em sua própria comunidade, tanto professores quanto alunos. Possibilitar aos docentes e discentes a oportunidade de participar de uma experiência no exterior faz com que a IES abra suas portas para tornar-se conhecida e respeitada, conquistando o seu espaço diante dos cenários nacional e internacional do ensino superior.

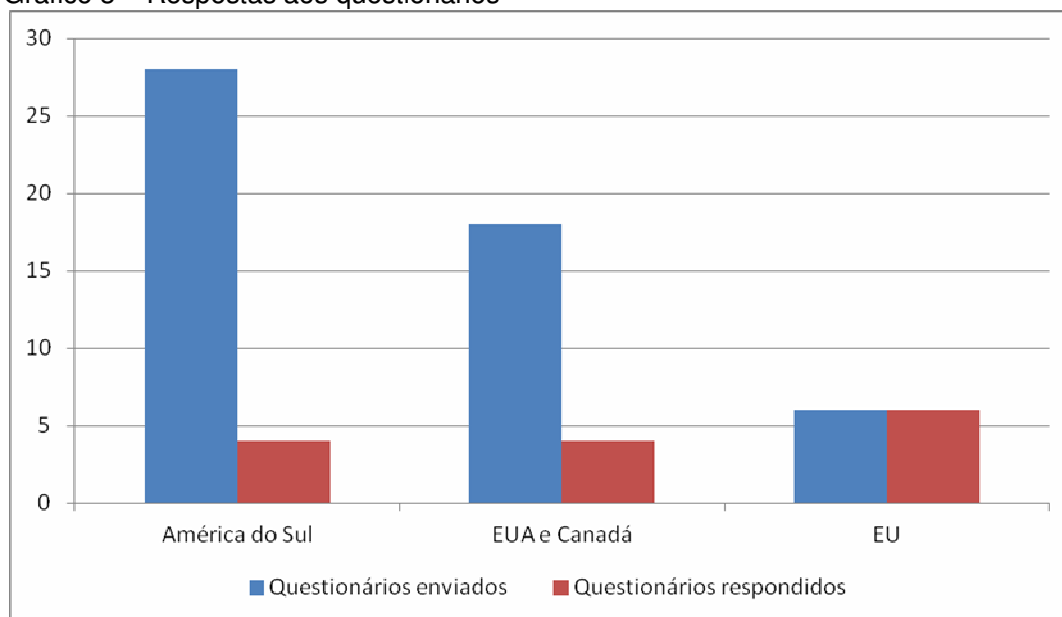
O importante na compreensão das ações de CIU é que o docente/discente pode participar de uma experiência acadêmica internacional, vinculando experiências pessoais já desenvolvidas com habilidades profissionais adquiridas em outro país. Fatores como a inserção em uma nova cultura, a exposição a situações diversas em outro país, a convivência com pessoas de outras nacionalidades e a imersão em uma língua estrangeira fazem com que a experiência de estudar fora do Brasil marque a trajetória dos envolvidos – alunos ou professores – tornando-os mais competitivos e mais preparados para os desafios globais.

3.2 A CIU EM NÚMEROS

A elaboração do formulário de entrevista foi pensada tentando ter uma visão abrangente das práticas, problemas e tendências sobre as ações de CIU implementadas pelas IES parceiras da UNIFACS. É verdade que nem todas as instituições têm dados sistematicamente coletados sobre o tema, já que – principalmente nas IES sulamericanas, como pôde ser observado – as informações de CIU geralmente não são centralizadas em um só departamento.

O formulário de entrevista foi enviado ao responsável pelo departamento de relações internacionais das 52 IES parceiras da UNIFACS, tendo o cuidado de formular todas as perguntas da forma mais neutra e destendenciosa possível. Houve uma taxa de resposta de 27%, o que significa que 14 instituições de ensino superior de sete países diferentes concluíram o formulário. Ainda que o tamanho da amostra seja relativamente pequeno, as respostas são importante fonte de informação sobre as perspectivas e experiências institucionais em se tratando de ações de CIU.

Gráfico 3 – Respostas aos questionários



Fonte: Elaboração própria.

Na compilação dos dados, os mesmos foram agrupados e em seguida classificados regionalmente, sendo formados três grandes grupos, sendo: (1) América do Sul; (2) Estados Unidos e Canadá; e (3) União Europeia

O gráfico 04 demonstra que a grande maioria (71%) dos respondentes acredita que a cooperação internacional é uma prioridade em sua IES. Esta afirmação é mais consistente principalmente na América do Norte e União Europeia.

Gráfico 4 – A Cooperação Internacional como prioridade nas IES



Fonte: Elaboração própria.

As razões para a implementar ações de CIU, segundo Knight (2002) estão listadas no quadro abaixo em ordem decrescente de importância e têm sido tradicionalmente baseadas em quatro categorias, sendo: (1) acadêmica; (2) econômica; (3) política; e (4) social / cultural.

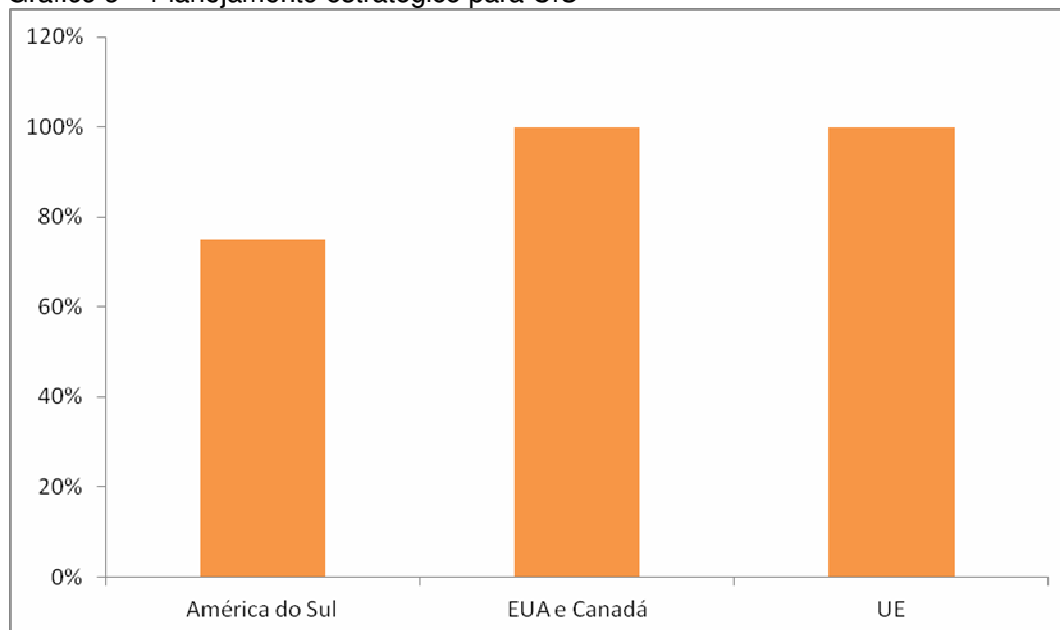
Quadro 3 – Razões para implementação de ações de CIU

Top Reasons for Internationalization	
1. Mobility and Exchanges for Students and Teachers	7. International and Intercultural Understanding
2. Teaching and Research Collaboration	8. Promotion and Profile of Institution
3. Academic Standards and Quality	9. Diversify Source of Faculty and Students
4. Research Projects	10. Regional Issues and Integration
5. Co-operation and Development Assistance	11. International Student Recruitment
6. Curriculum Development	12. Diversify Income Generation

Fonte: Knight (2002).

Os entrevistados foram questionados se a sua instituição tem desenvolvido uma política ou plano estratégico para implementação de ações de CIU. No total, 93% indicaram que havia uma política estratégica de cooperação internacional em suas IES e apenas 7% disseram que não. Entretanto, mais importante que sua existência, é saber se o planejamento estratégico está sendo de fato implementado.

Gráfico 5 – Planejamento estratégico para CIU

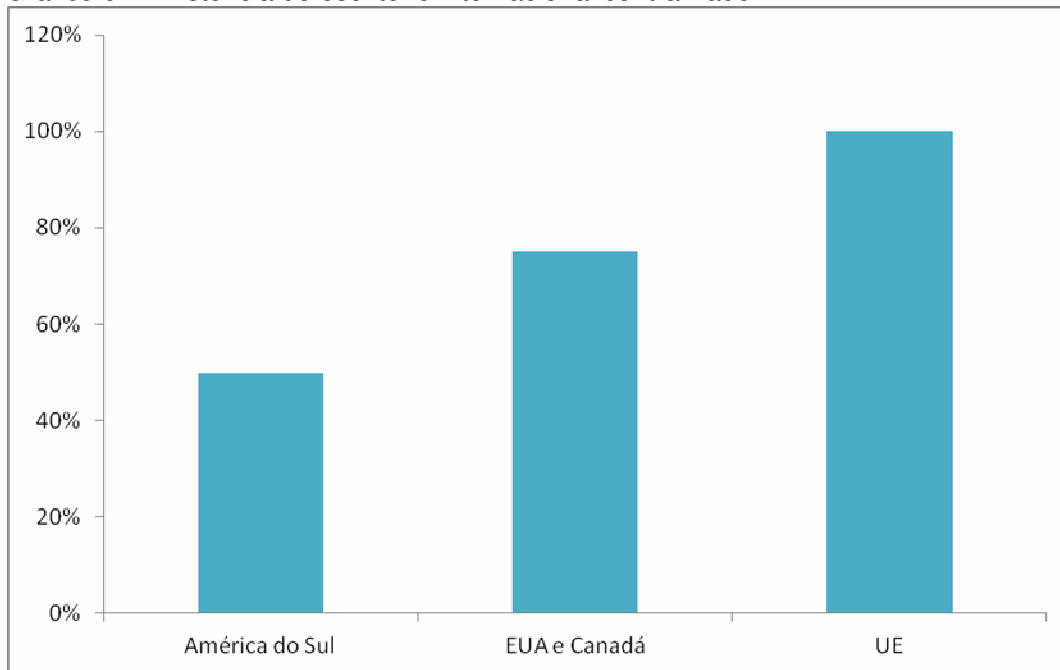


Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 6 analisa a questão da centralização das ações de CIU. A União Europeia e o grupo Estados Unidos / Canadá têm o maior percentual de instituições onde existe um escritório centralizado responsável pelas ações de CIU. Apenas metade

dos entrevistados da América do Sul possui um escritório responsável pela supervisão e implementação dessas ações.

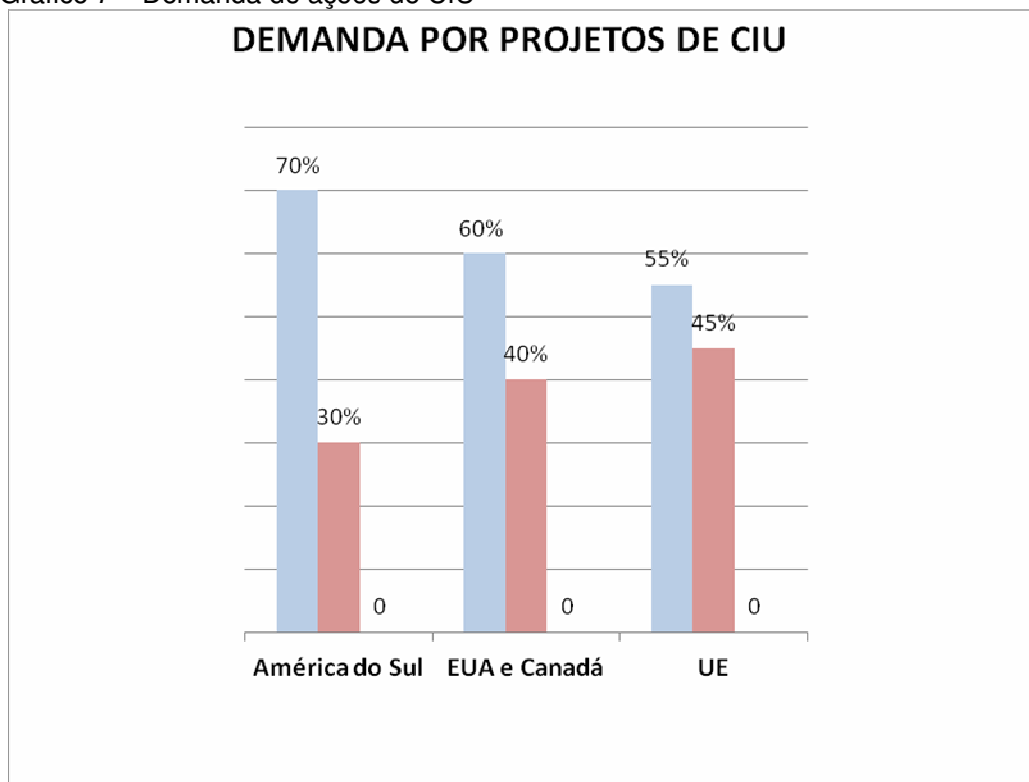
Gráfico 6 – Existência de escritório internacional centralizado



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 7 indica que a demanda de ações de CIU advêm principalmente de membros dos corpos docente e discente nas IES da América do Sul, enquanto nas outras regiões essa estatística é melhor distribuída. Em cerca de apenas um quarto das instituições da América do Sul, a administração está envolvida o processo, o que demonstra que a CIU ainda é um tanto negligenciada pelos mantenedores das IES nessa região. Os formulários de entrevista também perguntaram sobre qual grupo demonstrou a maior resistência à implementação de ações de CIU. Curiosamente, essa pergunta só foi respondida por 35% dos entrevistados. Possivelmente os entrevistados não tenham querido identificar a fonte de resistência para evitar conotações negativas.

Gráfico 7 – Demanda de ações de CIU



Fonte: Elaboração própria.

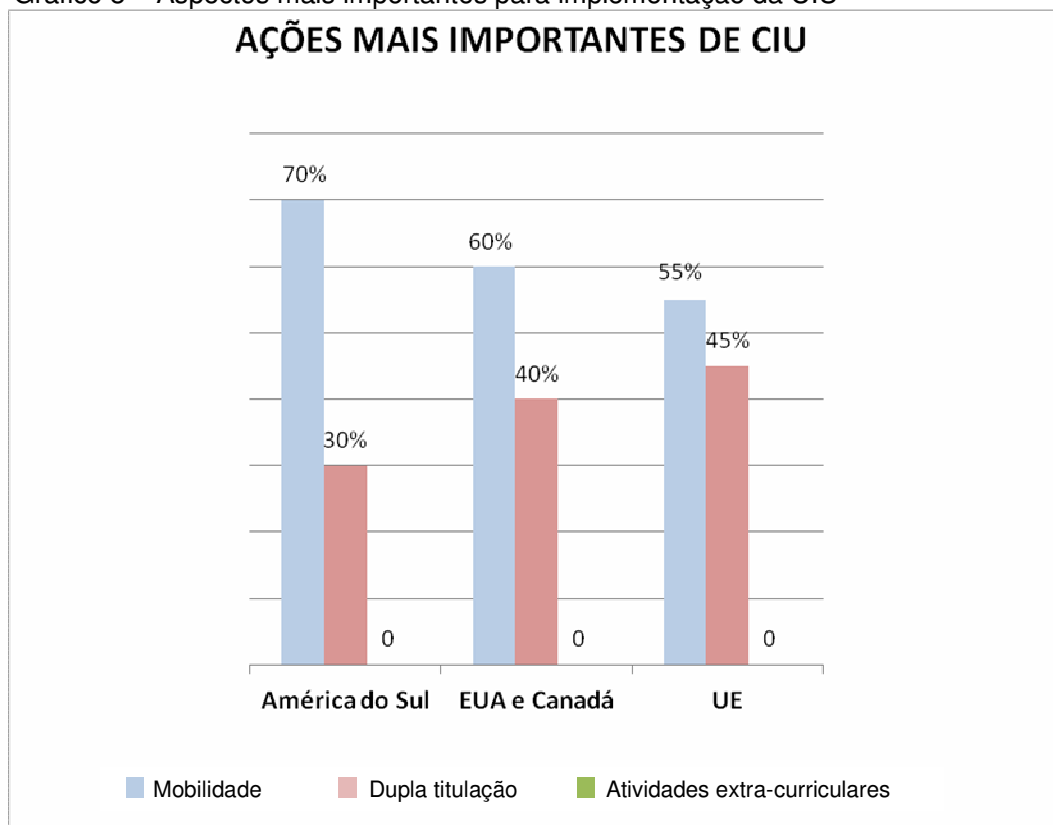
Pensando-se nas razões que levam uma IES a implementar ações de CIU, Knight (2002) classificou os aspectos mais importantes de sua implementação. Coincidindo com o pensamento da autora, as mobilidades discente e docente são as razões apontadas como prioritárias pelos entrevistados, como pode ser percebido no gráfico 08.

Quadro 4 – Aspectos mais importantes para as ações de CIU

Most Important Aspects of Internationalization	
<p>Primary Importance</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mobility of students; 2. Strengthening international research collaboration. <p>Second level of importance</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Mobility of faculty members; 4. International dimension in curriculum; 5. International development projects; 6. Joint academic programs. 	<p>Third level of importance</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Development of twinning programs; 8. Establishment of branch campuses; 9. Commercial export/import of education programs; 10. Extracurricular activities for international students.

Fonte: Knight (2002).

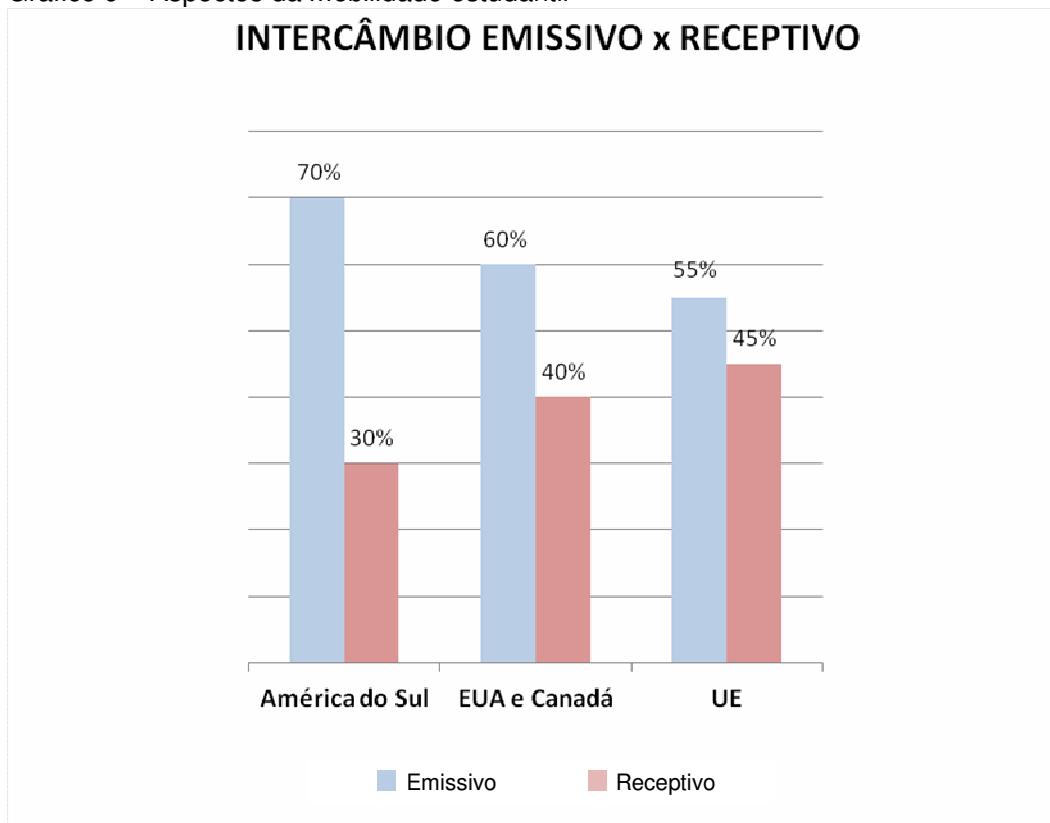
Gráfico 8 – Aspectos mais importantes para implementação da CIU



Fonte: Elaboração própria.

Em outra pergunta centrada na mobilidade estudantil, as instituições foram solicitadas a indicar o nível de ênfase dada a duas diferentes abordagens de mobilidade, sendo: (1) intercâmbio emissivo; e (2) intercâmbio receptivo. Em geral, os entrevistados deram a mesma importância às três abordagens, mas as IES sulamericanas indicaram uma maior inclinação ao envio de estudantes. Essa tendência é mantida na UNIFACS e pode ser observada no gráfico 2.

Gráfico 9 – Aspectos da mobilidade estudantil



Fonte: Elaboração própria.

Os entrevistados foram solicitados a indicar três prioridades geográficas em suas políticas estratégicas de CIU. A tabela 08 mostra os resultados desta pergunta e levanta algumas questões interessantes sobre regionalismo. Para a Europa, a primeira prioridade para a cooperação internacional é sua própria região, enquanto na América do Sul a cooperação intrarregional é listada como a terceira prioridade. União Europeia e Estados Unidos/Canadá são as duas regiões mais procuradas para a CIU, seguidas por Ásia, América Latina e, em seguida, Oriente Médio.

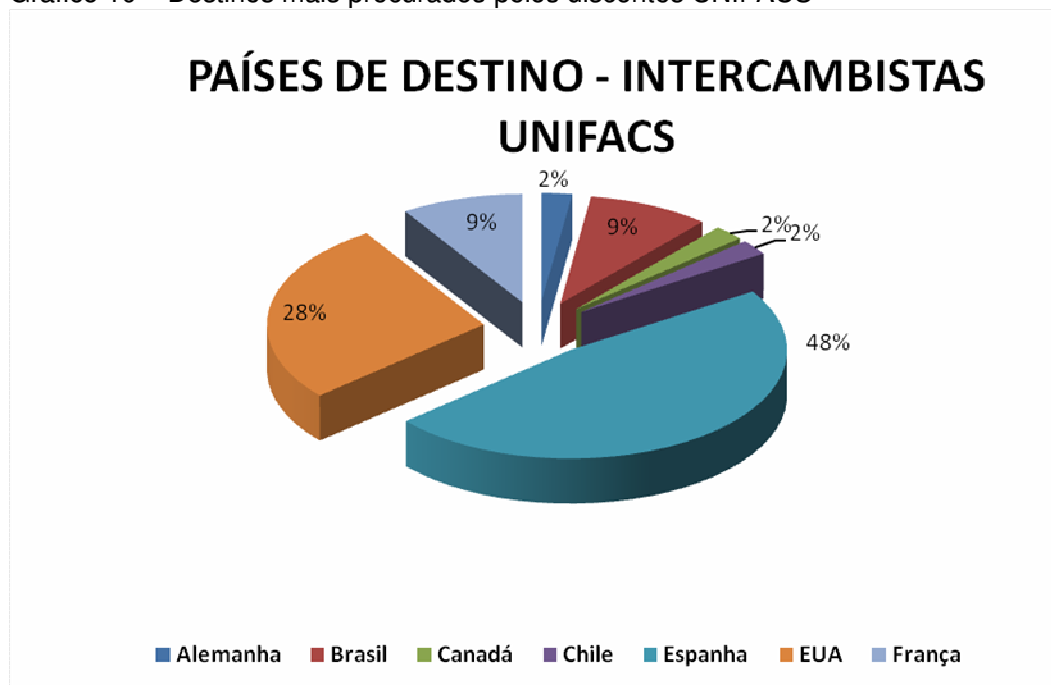
A mobilidade discente da UNIFACS mantém essa probabilidade. Cerca de 89% dos alunos em intercâmbio emissor escolhem como destino países da Europa ou da América do Norte, contra 11% que preferem IES do próprio continente.

Quadro 5 – Prioridades Geográficas

REGIÃO	PRIORIDADE 01	PRIORIDADE 02	PRIORIDADE 03
América do Sul	América do Norte	Europa	América Latina
Estados Unidos / Canadá	Europa	América Latina / Ásia	Oriente Médio
União Europeia	Europa	América do Norte	Ásia

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 10 – Destinos mais procurados pelos discentes UNIFACS



Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, pode-se observar que desde o seu surgimento, a cooperação internacional passou por diversas etapas. Após a Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento expressivo de ações nessa área e, nas décadas que se seguiram passou por mudanças de objetivos e resultados. O novo século apresenta um cenário marcado pelas diferenças entre nações, resultado de um mundo cada vez mais globalizado, mas que de forma periférica beneficiou países tecnológica e cientificamente mais preparados para disputar o mercado global, deixando à margem, muitos Estados que não conseguiram atingir os níveis de conhecimento e desenvolvimento satisfatórios.

O histórico da internacionalização do ensino superior brasileiro data do início dos anos de 1990, quando nasceu nas IES nacionais a necessidade de incentivar a cooperação internacional entre o corpo docente e discente. Desde então, o número de IES interessadas em firmar convênios educacionais com parceiros estrangeiros teve uma incontestável expansão. Hoje, de acordo com dados do Fórum das Assessorias Universitárias Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI), cerca de cento e trinta IES mantêm esse tipo de convênio.

Durante a última década, as ações de CIU têm se fortalecido, sendo uma situação relativamente nova para algumas instituições que fazem parte da realidade do ensino superior. Diante deste fato pode-se estabelecer algumas reflexões sobre esse processo pelo qual passam as IES. Neste trabalho, procurou-se resgatar o entendimento dos conceitos que permeiam a cooperação internacional em nível acadêmico, as formas em que ela se configura e se concretiza e os desafios para a sua efetivação institucional. Percebeu-se também que a identificação de ações conjuntas, que intensificam as parcerias entre duas IES, pode contribuir para que outras instituições, que se encontram em fase da busca pela implementação de

ações de CIU em suas estruturas acadêmicas, reflitam sobre os melhores caminhos de se chegar ao panorama internacional.

Da mesma forma, foi feita uma reflexão sobre as áreas que ainda não atingiram um patamar adequado à projeção de uma instituição de ensino superior, que busca a sua inserção no panorama internacional. Atividades não bem sucedidas, devido a alguns entraves, podem retardar o processo de efetivação das ações de CIU, tais como: a ausência da sensibilização da comunidade acadêmica, atitudes passivas por parte do corpo docente e discente da instituição, inexistência de estratégias claras, inviabilidade de adaptação das comunidades estrangeiras e barreiras lingüísticas, entre outras, são fatores que comprometem o sucesso na realização de bons programas de cooperação. Além disso, embora as IES percebam uma necessidade crescente de promover ações de Cooperação Internacional Universitária, ainda não existe orçamento destinado a essas ações em grande parte das IES brasileiras e, as equipes específicas pelas ações de CIU, ainda são pequenas e carecem de qualificação em relações internacionais.

Ampliar os horizontes e trazer novos conceitos educacionais à comunidade acadêmica são as primeiras repercussões da importância da cooperação internacional. Entendem essa importância as IES que investiram, numa primeira fase, na chamada mobilidade acadêmica de estudantes. Esta é, freqüentemente, a primeira - e em muitos casos única - investida das IES em convênios internacionais.

O retorno ocorrido com a implementação de ações de cooperação internacional universitária traz o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas e beneficia a colaboração em áreas de mútuo interesse, mas evitando a utilização de uma visão maniqueísta neste trabalho, as ações de CIU foram também avaliadas dentro da perspectiva de como a dinâmica das relações econômicas e políticas internacionais afetam as políticas e as relações domésticas.

Essa dinâmica pode ser melhor compreendida no subcapítulo 3.3 (A Internacionalização do Ensino Superior), quando analisado o tipo de internacionalização universitária proposto pela OMC. De acordo com a inserção da educação no GATTs, proposta pelos EUA, a educação é remetida à condição de

mercadoria, com objetivos voltados apenas para a lucratividade. Como desdobramento, o mercado brasileiro seria aberto para IES estrangeiras, que formariam profissionais nas áreas de seu próprio interesse, com valores, habilidades e cultura desenvolvidos a partir de interesses externos.

De acordo com os resultados obtidos através dos formulários enviados, pode-se perceber que ainda há um longo caminho a percorrer para se alcançar a profissionalização dos programas de cooperação internacional nas IES. A pesquisa mostra que, apesar do crescimento do número de programas na área, há IES que caminham a passos lentos e IES com programas de cooperação internacional bem desenvolvidos.

Podemos chegar a algumas conclusões após as análises feitas neste trabalho. Entende-se que as IES estão cientes da importância de seu papel para a formação de cidadãos preparados e competentes, para operar de forma a atender as necessidades locais a partir de uma atuação global. Porém, mesmo diante de toda essa nova orientação, as universidades brasileiras ainda continuam a ser mais usuárias do que agentes de cooperação internacional. Elas possuem estruturas organizadas e definidas, tanto nas grades curriculares de graduação, como nos programas de pós-graduação e de pesquisa, porém ainda não reconhecem o seu potencial de interação com instituições estrangeiras.

REFERÊNCIAS

- ADDA, J. **La Mondialisation de L'économie**. 3. ed. Paris: La Découverte, 1998. (Collection Repères).
- ALMEIDA, S. G. R.; GAZZOLA, A. L. A. (Org.). **Universidade: cooperação internacional e diversidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ALTBACH, P. G. **Educación Superior Comparada: El conocimiento, la Universidad y el desarrollo**. Madrid: Artes Gráficas Grupo S. Nicolas Morales, 2001.
- ALVES, R. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2007
- AMORIM, C. Perspectivas da Cooperação Internacional. In: MARCOVITCH, J. **Cooperação Internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ANTUNES, F. Globalisation and europeification of education policies: routes, processes and metamorphoses. **European Educational Research Journal, United Kingdom**, v. 5, n. 1, p. 38-56, 2006. Disponível em: <<http://www.words.eu.EERJ>> Acesso em: 6 nov. 2010.
- AZEVEDO, M. L. N. A integração dos sistemas de educação superior na Europa. In: REFORMA universitária: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006.
- AZI, Í. **Cooperação internacional para o desenvolvimento**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano)– Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2008.
- BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: Edufba, 2009.
- BRASIL. AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A cooperação técnica do Brasil**. Brasília, 2009.
- BULL, H. **A sociedade anárquica**. Brasília: UnB/ IPRI, 2002.
- BURCHILL, S. ; LINKLATER, A. **Theories of international relations**. Palgrave: Macmillian, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELLI, H. Serviços educacionais no GATS: desafios para o Brasil. **Revista International Trade and Sustainable Development**, v. 4, 2008.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAL RI JÚNIOR, A. **Relações internacionais e o confronto dos paradigmas: interdependência e sociedade global**. Porto Alegre: Unijuí, 1999.

DE WITT, H. **Rationales for Internationalization of Higher Education**. *Millenium*, v. 3, n.11, p. 11-19, 1998.

FAVERO, M. de L. **Universidade & poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

GACEL-ÁVILA, J. **Internacionalización de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Disponível em: <www.geocities.ws/profejoako/jocelyn.doc> Acesso em: 17 abr. 2011.

GEORGHIOU, L. Evolving frameworks for european collaboration in research and technology. **Research Policy**, n. 30, 2001.

GONÇALVES, W. **Teorias de relações internacionais. 2004**. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II>. Acesso em: 26 jul. 2010.

GROTIUS, H. **O direito da guerra e da paz**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2004.

HARDY, C.; FACHIN, R. **Gestão estratégica na universidade brasileira: teorias e casos**. Porto Alegre: UFRS, 1996.

HELD, D. **Democracia e globalização**. São Paulo: Novos Rumos, 1994.

HERZ, M. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX. 1914/1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, S. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, O. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JAHN, L. ; STALLIVIERI, L . Entrevista: Ser internacional não é luxo. **Revista Ensino Superior - Projetada para o saber**, São Paulo, p. 12 – 14, mar. 2008.

JERVIS, Rt. Realism, Neoliberalism and Cooperation. **International Security**, Massachusetts, v. 1, n. 24, p.42-63, 29 mar. 1999.

KRASNER, S. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, v. 36, n. 2, 1982.

KEENAN, F. ; VALÉE, L. **La gestión de los asuntos internacionales en la universidad.** 2. ed. Canadá: IGLU, 1994.

KEOHANE, R. O. ; NYE, J. **Power and Interdependence: world politics in transition.** Boston: Little Brown and Company, 1984.

LAVAL, C.; WEBER, L. (Org.). **Le nouvel ordre éducatif mondial.** Paris: Nouveaux Regards; Syllepse, 2002.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo.** São Paulo: Martins, 1998. (Clássicos : Filosofia / Política).

MEDEIROS, A. P. C. As organizações internacionais e a cooperação técnica. In: MARCOVITCH, J. (Org). **Cooperação internacional: estratégia e gestão.** São Paulo: USP, 2003.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTESQUIEU, C. L. de S. B. de. **Do espírito das leis.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educ. Rev.**, n.28, p.107-124, dez 2006.

NEGRI, A.; COCCO, G. **Glob(AL). Biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NYBORG, P. Institutional autonomy. Relations between state authorities and higher education institutions. **Journal of Education Policy**, v.20, n.3, p. 313 – 345, 2002.

OLIVEIRA, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. **Educação superior no Brasil**. Brasília: Unesco, 2002.

RAMANZINI JR., H. **O pensamento de Kant e o estudo das relações internacionais**. 2006. Disponível: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/161/148>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

RESENDE, P. E. ; DOWBOR, L.; IANNI, O. (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

RUDZKI, R. E. **The strategic management of internationalization: Towards a model of theory and practice**. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - University of Newcastle, United Kingdom, 1998.

SAMOILÓVICH, D. Novos cenários da cooperação internacional. In: ENCONTRO DO FAUBAI, 20., 2008. Bonito (MS). **Anais...** 2008.

SAMOILÓVICH, Daniel. Novos cenários da cooperação internacional. In: ENCONTRO SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE A EUROPA E AMÉRICA LATINA, 1999. Coimbra: Universidade de Coimbra. **Anais...** Coimbra, 1999.

SANTOS, I. **O processo de Bolonha e os seus desenvolvimentos**. Disponível em: <http://www.fap.pt/file/fappol_edudoc_fap08>. Acesso em: 12 out. 2010.

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SENHORAS, E. Políticas transregionais na academia: da cooperação universitária à proposição da Universidade do MERCOSUL. **Carta Internacional**, São Paulo: NUPRI-USP, ano 1, n. 2, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações (1776)**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, M S. A. et al. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2004.

STRENGER, Irineu. **Relações internacionais**. São Paulo: LTR, 1998.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988.

UCEDA, Javier. Internacionalizar é uma necessidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE REITORES UNIVERSIA, 2., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2008.

UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DE PORTUGAL. **Entendendo Bologna**. Disponível em: <<http://www.uab.pt/web/guest/estudar-na-uab/estudante/processo-de-bolonha>>. Acesso em: 12 out. 2010.

UNESCO. **IFS-Institute for Statistics**. Disponível em: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx?ReportId=143&IF_Language=eng> Acesso em: 25 jun. 2010.

UNIVERSIA. [Portal]. Disponível em: < www.universia.com.br/> Acesso em: 25 jun. 2010.

WRIGHT, S. **Autonomy and control: universities reform in the context of modern governance**. Disponível em: http://forskpol-arkiv.pbworks.com/changes/f/Autonomy_and_Control-LATISS.pdf>. Acesso em 6 set. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2005.

ZARATE G. La mobilité transnationale en éducation: un espace de recherche. **Revue Française de Pédagogie**, Paris, n. 129, p. 65-72, out./dez. 1999.

APÊNDICE A – Universidades Conveniadas

LISTA DE UNIVERSIDADES CONVENIADAS COM A UNIFACS ATÉ O ANO DE 2010

Argentina	
	Universidad Nacional del Litoral - UNL
Brasil	
	Universidade de Caxias do Sul – UCS Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Canadá	
PROGRAMA CRUB / CREPUQ	University of Regina
	Bishop's University
	Concordia University
	École Polytechnique
	McGill University
	Université de Montréal
	Université du Québec à Chicoutimi (UQAC)
	Université du Québec à Montréal (UQAM)
	Université du Québec à Rimouski (UQAR)
	Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR)
	Université du Québec en Abitibi-Témiscamingue (UQAT)
	Université du Québec en Outaouais (UQO)
	Université du Québec: École de Technologie supérieure
	Université du Québec: École Nationale d'administration
Université du Québec: Institut National de la recherche	
Université Laval	
Chile	
PROGRAMA CRUB/CRUCH	Pontificia Universidad Católica de Chile
	Pontificia Universidad Católica de Valparaíso
	Universidad Arturo Prat
	Universidad Austral de Chile
	Universidad Católica de la Santísima Concepción
	Universidad Católica de Temuco
	Universidad Católica Del Maule
	Universidad Católica del Norte
	Universidad de Atacama
	Universidad de Autofagasta
	Universidad de Chile
	Universidad de Concépcion
	Universidad de La Frontera
	Universidad de La Serena
	Universidad de Los Lagos
	Universidad de Magallanes
	Universidad de Playa Ancha

	Universidad de Santiago de Chile Universidad de Talca Universidad de Tarapacá Universidad de Valparaíso Universidad del Bio-Bio Universidad Metropolitana de Ciencias de La Educación Universidad Técnica Federico Santa María Universidad Tecnológica Metropolitana
<i>Espanha</i>	
	Universidade Santiago de Compostela Universidad de Granada
<i>EUA</i>	
	Georgia State University Pittsburg State University
<i>França</i>	
	Université Pierre Mendès France - Grenoble Institut Français d'Urbanisme IAE Management Université des Pays de l'Adour

APÊNDICE B – Formulário encaminhado às IES parceiras

QUESTIONNAIRE ON INTERNATIONAL COOPERATION REGARDING HIGHER EDUCATION

Time needed for completion: 20 minutes

INSTITUTIONAL INFORMATION

Name of Institution:

Country:

Person completing this questionnaire:

E-mail:

INTERNATIONAL COOPERATION POLICY

Is international cooperation a priority in your institution?

Very much

Somewhat

Very little

Not at all

Is there an office responsible for implementing the I.C. policy?

Yes

No

Is there a strategic planning for implementing this policy?

Yes

No

Does the internationalization strategy include geographic priorities?

PRIORITIES

On a scale of 1 to 5 (1 = highest importance), indicate the level of importance assigned to the following aspects of international cooperation at your institution:

Mobility of students

Mobility of faculty members

Introducing an international dimension into curriculum

Strengthening international research collaboration

International development projects

Extracurricular activities for international students

Offering joint academic programs with international partners

OBSTACLES

Is the demand for International Cooperation coming from:

Students

Faculty

Administration

Where is the greatest resistance in implementing International Cooperation actions?

Students

Faculty

Administration

APÊNDICE C – Depoimentos dos alunos participantes do International Business Program

<p>Foi uma experiência maravilhosa, em todos os sentidos. O grupo, apesar de bastante heterogêneo, foi unido, interessado, focado no objetivo de aprender mais e ao mesmo tempo alegre, divertido e bem disposto a desvendar todos os caminhos de Atlanta. Haja fôlego para tantas compras e caminhadas! A Universidade da Geórgia nos recepcionou muito bem, preparou palestras simples, mas objetivas e que nos fazem ver que estamos bastante atualizados em relação a temas como logística, marketing, globalização, dentre outros. Os palestrantes, além de terem excelente currículo, também foram muito simpáticos e deram seu recado com muita clareza e precisão. As visitas técnicas nos mostraram a parte prática dos negócios e claro, não posso deixar de destacar as excelentes e belas sedes da UPS e Coca-Cola Company. Acho que a UNIFACS foi iluminada quando tomou esta iniciativa e só tenho que agradecer e parabenizá-la pelo evento.</p>	<p>Cristiana Taboada Aluna do MBA em Finanças Corporativas Analista de Desenvolvimento do Desenbahia</p>
<p>Os temas abordados foram ricos e atuais em termos de tendências, independentemente da área de atuação de cada um. Os professores palestrantes muito bons e comunicativos. Para quem não pode acompanhar em inglês, a tradução simultânea foi excelente. As visitas técnicas foram em empresas de alto nível e muito bem selecionadas. A condução dos trabalhos, a viagem e o entrosamento do grupo também um ponto alto do seminário. A</p>	<p>Antônio Lavigne Aluno do MBA em Administração. Gerente-proprietário da Atmosfera.</p>

<p>oportunidade para maioria dos participantes de conhecerem uma Universidade nos Estados Unidos, e uns pais de primeiro mundo foi uma experiência muito enriquecedora para a vida pessoal e profissional. Recomendo a participação nos próximos.</p>	
<p>Achei uma oportunidade bastante interessante. Tendo em vista o grande nível dos palestrantes e das visitas técnicas que foram organizadas ao longo da semana. O Programa deve ser repetido em outras oportunidades.</p>	<p>José Cassiano Ferreira Filho Aluno do Mestrado em Adm Estratégica Ex- aluno do MBA em Marketing Superintendente do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães</p>
<p>Este treinamento realizado aqui na Universidade da Geórgia superou as expectativas. Acredito que a UNIFACS está de parabéns e esperamos que este seja o primeiro de muitos.</p>	<p>Adalberto Dedino Júnior Aluno do MBA em Gestão de Projetos Supervisor de Gerenciamento de Projetos da Ford Motor Company</p>
<p>A maior experiência cultural, social e intelectual da minha vida.</p>	<p>José Roberto Lopes Aluno do MBA em Marketing Representante Comercial da Aché Laboratório Farmacêuticos S/A</p>
<p>Foi uma semana espetacular para a vida profissional e pessoal de todos que participaram deste intercâmbio. Foi uma oportunidade única de rever e ampliar conhecimentos, fazer contatos com colegas, professores da Georgia State University e empresários de Atlanta. Esta é uma experiência imprescindível para os alunos de pós-graduação da UNIFACS. Parabéns à UNIFACS pela visão, organização e escolha da universidade a ser visitada.</p>	<p>Consuelo Campello Cortês Aluna do MBA em Gestão do Comércio Internacional Consultora na área de engenharia de produção e processo</p>

<p>Uma ótima oportunidade para expandir minha rede de relacionamentos, não só com os professores e profissionais americanos como também com os colegas do grupo, atuantes nas mais diversas áreas da administração e muito bem colocados, além de poder visualizar outra realidade.</p>	<p>Albérico Pereira Sobrinho Aluno do MBA em Logística Empresarial Diretor Financeiro da Direta Express Ltda.</p>
<p>Estou encantada com o intercâmbio da UNIFACS. Foi realmente uma experiência agregadora, com muita troca de conteúdo e vivências. Além disso, a convivência com os colegas foi surpreendente; muito respeito, boas conversas e muita diversão. Foi fantástico!</p>	<p>Daniela Martins Aluna do MBA em Marketing Coordenadora Comercial da Rede Bahia</p>
<p>Como complementação acadêmica, superou todas as expectativas. Tenho certeza que os próximos grupos poderão também relatar suas experiências. Como complementação profissional, as oportunidades de visitas são muitas, onde poderei correlacionar com a minha empresa.</p>	<p>Jean Mário da Silva Aluno do MBA em Logística Empresarial Gerente Geral/Distrital das Lojas Americanas</p>
<p>Foi uma experiência extremamente gratificante e recompensadora. A formalidade com que fomos recebidos nas empresas foi surpreendente. Espero que esse programa não pare por aqui e certamente participarei das próximas viagens.</p>	<p>Josemar dos Santos Aluno do MBA em Logística Empresarial Aluno do Mestrado em Administração Estratégica Coordenador de Expedição e Armazenagem da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.</p>

<p>Decidi participar deste programa não foi fácil por inúmeras razões: trabalho e uma época repleta de outras prioridades. Hoje, ao final da nossa viagem, percebo que não poderia ter tido uma escolha mais acertada. Foram oito dias de muito aprendizado! Conheci uma nova cultura, lugares diferentes e fiz novos amigos. Foi emoção do início ao fim, com direito inclusive, a uma corrida para não perder o vôo de volta! Que a próxima viagem não demore a acontecer!</p>	<p style="text-align: center;">Jana Lyra Aluna do MBA em Gestão de Recursos Humanos Analista de RH da Companhia Valença Industrial</p>
<p>Gostei bastante do programa Atlanta, sendo que a participação das coordenadoras de pós-graduação e de intercâmbio, como representantes formais pela UNIFACS durante o Seminário Internacional em Atlanta, foi um dos motivos do sucesso deste Seminário, tanto no aspecto organizacional e motivacional como também no aspecto de integração. Particularmente fiz ótimas amizades, como também identifiquei com o aprendizado muitas oportunidades para novos negócios aqui no Brasil.</p>	<p style="text-align: center;">Reginaldo Góes Aluno do MBA em Logística Empresarial Gerente de Contratos de Bens e Serviços da Petrobrás</p>

ANEXO A – Protocolo de Bolonha

Declaração conjunta dos ministros da educação europeus, assinada em Bolonha (19/Junho/1999)

O processo Europeu, graças aos progressos extraordinários dos últimos anos, tornou-se numa realidade cada vez mais concreta e relevante para a União Europeia e os seus cidadãos. As perspectivas de alargamento e o estabelecimento de relações cada vez mais profundas com outros países europeus, conferem uma ainda maior dimensão a essa realidade. Entretanto, assiste-se a uma consciencialização crescente em grandes áreas do mundo político e académico assim como na opinião pública da necessidade de criar uma Europa mais completa e alargada, nomeadamente considerando e dando solidez à sua dimensão intelectual, cultural, social, científica e tecnológica.

A Europa do Conhecimento é agora por todos reconhecida como um factor imprescindível ao crescimento social e humano, um elemento indispensável à consolidação e enriquecimento da cidadania Europeia, capaz de oferecer aos seus cidadãos as aptidões necessárias para enfrentar os desafios do novo milénio, a par com a consciência de partilha dos valores e de pertença a um espaço social e cultural comum.

A importância do ensino e da cooperação pedagógica no desenvolvimento e fortalecimento de sociedades estáveis, pacíficas e democráticas é universalmente reconhecida como tal tendo em vista a situação que se verifica no Sudeste Europeu.

A declaração da Sorbonne de 25 de Maio de 1998, apoiada nestas considerações, realçou o papel fulcral das universidades no desenvolvimento das dimensões culturais na Europa. Deu grande importância à criação de uma área dedicada ao ensino superior como sendo o caminho crucial para promover a circulação dos cidadãos, as oportunidades de emprego e o desenvolvimento global do Continente.

Vários países europeus aceitaram o convite para se comprometerem a atingir os objectivos estabelecidos na declaração, assinando-a ou expressando o seu acordo de princípios. A direcção tomada por várias reformas do ensino superior lançadas entretanto na Europa, foi a prova da determinação dos governos em agir.

As instituições Europeias de Ensino Superior, por seu lado, aceitaram o desafio e

assumiram um papel preponderante na criação do Espaço Europeu do Ensino Superior, também à luz dos princípios fundamentais estabelecidos na *Magna Charta Universitatum* de Bologna, do ano de 1998. Isto é da máxima importância, dado que a independência e a autonomia das Universidades asseguram que o ensino superior e os sistemas de estudo, se adaptem às necessidades de mudança, às exigências da sociedade e aos avanços do conhecimento científico.

O rumo foi traçado na direcção certa e com um objectivo significativo. A concretização de uma maior compatibilidade e comparabilidade entre os sistemas de ensino superior requer, contudo, um estímulo contínuo para que possa ser inteiramente consumada. É preciso dar apoio através da promoção de medidas concretas para que se avance em passos reais. A reunião de 18 de Junho contou com a participação de peritos e estudiosos avalizados vindos de todos os países europeus e deu-nos sugestões muito úteis sobre as iniciativas a tomar.

Teremos que fixar-nos no objectivo de aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas através da atracção que a sua cultura tem por outros países. Teremos que garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atracção que seja semelhante às nossas extraordinárias tradições culturais e científicas. Ao manifestar o nosso apoio aos princípios gerais estabelecidos na declaração da Sorbonne, comprometemo-nos em coordenar as nossas políticas, com o intuito de, a curto prazo (o mais tardar até ao fim da primeira década do terceiro milénio), atingir os seguintes objectivos, que consideramos serem de primordial relevância para que seja criado o Espaço Europeu do Ensino Superior

- Adopção de um sistema com graus académicos de fácil equivalência, também através da implementação, do Suplemento ao Diploma, para promover a empregabilidade dos cidadãos europeus e a competitividade do Sistema Europeu do Ensino Superior.
- Adopção de um sistema baseado essencialmente em duas fases principais, a pré-licenciatura e a pós-licenciatura. O acesso à segunda fase deverá requerer a finalização com sucesso dos estudos da primeira, com a duração mínima de 3 anos. O grau atribuído após terminado a primeira fase deverá também ser considerado como sendo um nível de habilitações apropriado para ingressar no mercado de trabalho Europeu. A segunda fase deverá conduzir ao grau de mestre e/ou doutor, como em muitos países Europeus.
- Criação de um sistema de créditos - tal como no sistema ECTS - como uma forma adequada de incentivar a mobilidade de estudantes da forma mais livre possível. Os créditos poderão também ser obtidos em contextos de ensino não-superior, incluindo aprendizagem

feita ao longo da vida, contando que sejam reconhecidos pelas Universidades participantes.

- Incentivo à mobilidade por etapas no exercício útil que é a livre circulação, com particular atenção: aos estudantes, o acesso a oportunidades de estudo e de estágio e o acesso aos serviços relacionados; aos professores, investigadores e pessoal administrativo, o reconhecimento e valorização dos períodos dispendidos em acções Europeias de investigação, lectivas e de formação, sem prejudicar os seus direitos estatutários.
- Incentivo à cooperação Europeia na garantia da qualidade com o intuito de desenvolver critérios e metodologias comparáveis;
- Promoção das necessárias dimensões a nível Europeu no campo do ensino superior, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento curricular; cooperação inter-institucional, projectos de circulação de pessoas e programas integrados de estudo, de estágio e de investigação.

Com isto, comprometemo-nos a atingir estes objectivos no âmbito das nossas competências institucionais e respeitando inteiramente a diversidade das culturas, línguas, sistemas de ensino nacionais e a autonomia das Universidades - para consolidar o Espaço Europeu do Ensino Superior. Com esse fim, seguiremos os caminhos da cooperação inter-governamental, em conjunto com as organizações europeias não-governamentais que tenham autoridade no campo do ensino superior. Esperamos, de novo por parte das Universidades, uma resposta pronta e positiva e uma contribuição activa para o sucesso deste nosso empenho.

Convencidos de que a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior necessita de constante apoio, supervisão e ajustamento às necessidades em permanente evolução, decidimos reunir-nos novamente dentro de dois anos para avaliar o progresso alcançado e decidir sobre os novos passos a serem dados.

ANEXO B – Classificação de Serviços – OMC

Lista de classificação setorial de serviços – W/120

<u>SECTORS AND SUB-SECTORS</u>	<u>CORRESPONDING CPC</u>
1. <u>BUSINESS SERVICES</u>	<u>Section B</u>
A. <u>Professional Services</u>	
a. Legal Services	
b. Accounting, auditing and bookkeeping services	
c. Taxation Services	863
d. Architectural services	8671
e. Engineering services	8672
f. Integrated engineering services	8673
g. Urban planning and landscape architectural services	8674
h. Medical and dental services	9312
i. Veterinary services	932
j. Services provided by midwives, nurses, physiotherapists and para-medical personnel	93191
k. Other	
B. <u>Computer and Related Services</u>	
a. Consultancy services related to the installation of computer hardware	841
b. Software implementation services	842
c. Data processing services	843
d. Data base services	844
e. Other	
C. <u>Research and Development Services</u>	
a. R&D services on natural sciences	851
b. R&D services on social sciences and humanities	
c. Interdisciplinary R&D services	853
D. <u>Real Estate Services</u>	
a. Involving own or leased property	821
b. On a fee or contract basis	822
E. <u>Rental/Leasing Services without Operators</u>	
a. Relating to ships	83103
b. Relating to aircraft	83104
c. Relating to other transport equipment	83101+83102+
d. Relating to other machinery and equipment	83106-83109
e. Other	
F. <u>Other Business Services</u>	
a. Advertising services	871
b. Market research and public opinion polling services	864
c. Management consulting service	865
d. Services related to man. consulting	866
e. Technical testing and analysis serv.	8676
f. Services incidental to agriculture, hunting and forestry	

g.	Services incidental to fishing	882
h.	Services incidental to mining	883+5115
i.	Services incidental to manufacturing	884+885
j.	Services incidental to energy distribution	887
k.	Placement and supply services of Personnel	872
l.	Investigation and security	873
m.	Related scientific and technical consulting services	8675
n.	Maintenance and repair of equipment (not including maritime vessels, aircraft or other transport equipment)	8861-8866
o.	Building-cleaning services	874
p.	Photographic services	875
q.	Packaging services	876
r.	Printing, publishing	88442
s.	Convention services	87909*
t.	Other	
2.	<u>COMMUNICATION SERVICES</u>	
A.	<u>Postal services</u>	7511
B.	<u>Courier services</u>	7512
C.	<u>Telecommunication services</u>	
a.	Voice telephone services	7521
b.	Packet-switched data transmission services	7523**
c.	Circuit-switched data transmission services	7523**
d.	Telex services	7523**
e.	Telegraph services	7522
f.	Facsimile services	7521**+7529**
g.	Private leased circuit services	7522**+7523**
h.	Electronic mail	7523**
i.	Voice mail	7523**
j.	On-line information and data base retrieval	7523**
k.	electronic data interchange (EDI)	7523**
l.	enhanced/value-added facsimile services, incl. store and forward, store and retrieve	
m.	code and protocol conversion	n.a.
n.	on-line information and/or data processing (incl.transaction processing)	843**
o.	other	
D.	<u>Audiovisual services</u>	
a.	Motion picture and video tape production and distribution services	9611
b.	Motion picture projection service	9612
c.	Radio and television services	9613
d.	Radio and television transmission services	7524
e.	Sound recording	n.a.
f.	Other	

The () indicates that the service specified is a component of a more aggregated CPC item specified elsewhere in this classification list.

The () indicates that the service specified constitutes only a part of the total range of activities covered by the CPC concordance (e.g. voice mail is only a component of CPC item 7523).

E.	<u>Other</u>	
3.	<u>CONSTRUCTION AND RELATED ENGINEERING SERVICES</u>	
A.	<u>General construction work for buildings</u>	512
B.	<u>General construction work for civil engineering</u>	
C.	<u>Installation and assembly work</u>	514+516
D.	<u>Building completion and finishing work</u>	517
E.	<u>Other</u>	
4.	<u>DISTRIBUTION SERVICES</u>	
A.	<u>Commission agents' services</u>	621
B.	<u>Wholesale trade services</u>	
C.	<u>Retailing services</u>	631+632
D.	<u>Franchising</u>	8929
E.	<u>Other</u>	
5.	<u>EDUCATIONAL SERVICES</u>	
A.	<u>Primary education services</u>	921
B.	<u>Secondary education services</u>	922
C.	<u>Higher education services</u>	923
D.	<u>Adult education</u>	924
E.	<u>Other education services</u>	929
6.	<u>ENVIRONMENTAL SERVICES</u>	
A.	<u>Sewage services</u>	9401
B.	<u>Refuse disposal services</u>	9402
C.	<u>Sanitation and similar services</u>	9403
D.	<u>Other</u>	
7.	<u>FINANCIAL SERVICES</u>	
A.	<u>All insurance and insurance-related services</u>	812**
a.	Life, accident and health insurance services	8121
b.	Non-life insurance services	8129
c.	Reinsurance and retrocession	81299*
d.	Services auxiliary to insurance (including broking and agency services)	8140
B.	<u>Banking and other financial services (excl. insurance)</u>	
a.	Acceptance of deposits and other repayable funds from the public	
b.	Lending of all types, incl., inter alia, consumer credit, mortgage credit, factoring and financing of commercial transaction	
c.	Financial leasing	8112
d.	All payment and money transmission services	
e.	Guarantees and commitments	81199**
f.	Trading for own account or for account of customers, whether on an exchange, in an over-the-counter market or otherwise, the following:	
	- money market instruments (cheques, bills, certificate of deposits, etc.)	81339**

	- foreign exchange	81333
	- derivative products incl., but not limited to, futures and options	81339**
	- exchange rate and interest rate instruments, inclu. products such as swaps, forward rate agreements, etc.	
	- transferable securities	81321*
	- other negotiable instruments and financial assets, incl. bullion	81339**
g.	Participation in issues of all kinds of securities, incl. under-writing and placement as agent (whether publicly or privately) and provision of service related to such issues	8132
h.	Money broking	81339**
i.	Asset management, such as cash or portfolio management, all forms of collective investment management, pension fund management, custodial depository and trust services	8119+** 81323*
j.	Settlement and clearing services for financial assets, incl. securities, derivative products, or and other negotiable instruments	81339** 81319**
k.	Advisory and other auxiliary financial services on all the activities listed in or Article 1B of MTN.TNC/W/50, incl. credit reference and analysis, investment and portfolio research and advice, advice on acquisitions and on corporate restructuring and strategy	8131 8133
l.	Provision and transfer of financial information, and financial data processing and related software by providers of other financial services	
C.	<u>Other</u>	
8.	<u>HEALTH RELATED AND SOCIAL SERVICES</u> (other than those listed under 1.A.h-j.)	
A.	<u>Hospital services</u>	9311
B.	<u>Other Human Health Services</u>	9319
C.	<u>Social Services</u>	933
D.	<u>Other</u>	
9.	<u>TOURISM AND TRAVEL RELATED SERVICES</u>	
A.	<u>Hotels and restaurants (incl. catering)</u>	641-643
B.	<u>Travel agencies and tour operators services</u>	7471
C.	<u>Tourist guides services</u>	7472
D.	<u>Other</u>	
10.	<u>RECREATIONAL, CULTURAL AND SPORTING SERVICES</u> (other than audiovisual services)	
A.	<u>Entertainment services (including theatre, live bands and circus services)</u>	969
B.	<u>News agency services</u>	962
C.	<u>Libraries, archives, museums and other cultural services</u>	963
D.	<u>Sporting and other recreational services</u>	964
E.	<u>Other</u>	

11.	<u>TRANSPORT SERVICES</u>	
A.	<u>Maritime Transport Services</u>	
a.	Passenger transportation	7211
b.	Freight transportation	7212
c.	Rental of vessels with crew	7213
d.	Maintenance and repair of vessels	8868**
e.	Pushing and towing services	7214
f.	Supporting services for maritime transport	745**
B.	<u>Internal Waterways Transport</u>	
a.	Passenger transportation	7221
b.	Freight transportation	7222
c.	Rental of vessels with crew	7223
d.	Maintenance and repair of vessels	8868**
e.	Pushing and towing services	7224
f.	Supporting services for internal waterway transport	745**
C.	<u>Air Transport Services</u>	
a.	Passenger transportation	731
b.	Freight transportation	732
c.	Rental of aircraft with crew	734
d.	Maintenance and repair of aircraft	8868**
e.	Supporting services for air transport	746
D.	<u>Space Transport</u>	733
E.	<u>Rail Transport Services</u>	
a.	Passenger transportation	7111
b.	Freight transportation	7112
c.	Pushing and towing services	7113
d.	Maintenance and repair of rail transport equipment	
e.	Supporting services for rail transport services	743
F.	<u>Road Transport Services</u>	
a.	Passenger transportation	7121+7122
b.	Freight transportation	7123
c.	Rental of commercial vehicles with operator	7124
d.	Maintenance and repair of road transport equipment	6112+8867
e.	Supporting services for road transport services	
G.	<u>Pipeline Transport</u>	
a.	Transportation of fuels	7131
b.	Transportation of other goods	7139
H.	<u>Services auxiliary to all modes of transport</u>	
a.	Cargo-handling services	741
b.	Storage and warehouse services	742
c.	Freight transport agency services	748
d.	Other	
I.	<u>Other Transport Services</u>	
12.	<u>OTHER SERVICES NOT INCLUDED ELSEWHERE</u>	95+97+98+99